



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, novembro/2001

MINISTRO DA FAZENDA

Pedro Sampaio Malan

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Amaury Guilherme Bier

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Fabio de Oliveira Barbosa

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Almério Cançado de Amorim

Eduardo Refinetti Guardia

Renato Villela

Rubens Sardenberg

COORDENAÇÃO-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Ana Teresa Holanda de Albuquerque

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Cleber Ubiratan de Oliveira

Daniel Silva Balaban

Fabiana Magalhães Rodopoulos

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo Magalhães

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

Correio Eletrônico: stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 7, n. 11, nov.2001. 32 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- .– Brasília: STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em novembro, o governo central registrou superávit primário de R\$ 861,8 milhões. O Tesouro Nacional contribuiu com superávit de R\$ 2,5 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 1,6 bilhão e R\$ 58,9 milhões, respectivamente. Com esse resultado, o superávit acumulado do governo central atingiu R\$ 26,9 bilhões de janeiro a novembro, equivalente a 2,5% do PIB estimado para o período.

O governo central registrou superávit primário de R\$ 26,9 bilhões de janeiro a novembro de 2001, cerca de 2,5% do PIB.

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 2000-2001**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	Out 2001	Nov 2001	Jan-Nov 2000	Jan-Nov 2001
I. RECEITA TOTAL	23.496,3	22.311,7	210.886,6	243.351,1
I.1. Receitas do Tesouro	18.423,9	17.225,5	162.841,6	189.455,1
I.1.1 Receita Bruta	18.994,2	17.721,3	170.009,9	195.450,3
I.1.2. (-) Restituições	-570,3	-495,8	-6.244,8	-5.776,1
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-923,4	-219,0
I.2. Receitas da Previdência Social	5.072,3	5.086,2	48.044,9	53.895,9
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	3.561,5	4.136,9	36.664,1	41.805,2
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	19.934,8	18.174,8	174.222,5	201.545,9
IV. DESPESA TOTAL	17.617,2	17.254,2	150.775,2	174.098,7
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	4.785,8	5.223,1	48.904,2	56.433,2
IV.2. Benefícios Previdenciários	6.026,7	6.676,9	56.072,1	64.044,3
IV.3. Custeio e Capital	6.804,7	5.354,2	45.799,0	53.621,2
IV.3.1. Despesas do FAT	604,9	621,5	5.060,2	6.044,0
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	1.240,6	97,7	3.282,7	3.851,4
IV.3.3. Outras Despesas	4.959,1	4.635,0	37.456,0	43.725,7
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	2.317,5	920,6	23.447,3	27.447,2
V.1. Tesouro Nacional	3.271,9	2.511,3	31.474,4	37.595,5
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-954,4	-1.590,7	-8.027,2	-10.148,3
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-50,8	-58,9	-370,6	-570,9
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	2.266,8	861,8	23.076,7	26.876,3
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			2,33%	2,48%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

PRINCIPAIS VARIAÇÕES Acumulado: nov2001/nov2000	
Receitas	15,4%
Tesouro	16,3%
Previdência	12,2%
Transferências	14,0%
Receita Líquida	15,7%
Despesas	15,5%
Benefícios	14,2%
Pessoal	15,4%
Custeio e Capital	17,1%

O desempenho das contas do governo central até novembro de 2001 deve-se, em parte, ao menor nível de execução da despesa em relação aos valores previstos nos Decretos de Programação Financeira. De fato, de R\$ 45,6 bilhões autorizados no Decreto nº 4.031/2001 até novembro (anexos IV a VII), foram gastos R\$ 6,3 bilhões a menos, recursos que, embora autorizados, não foram solicitados pelos diversos órgãos da administração pública. Apesar disso, as despesas de custeio e capital apresentaram crescimento acima da média dos gastos totais do governo central.

O superávit primário acumulado até novembro reflete o menor nível de execução da despesa em relação aos valores previstos nos Decretos de Programação Financeira.

Por sua vez, as receitas totais do governo central cresceram 15,4% em termos nominais, acréscimo de cerca de 1,2 ponto percentual do PIB em relação

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan-Nov (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Receita Total	21,3%	22,5%
Transferências	3,7%	3,9%
Receita Líquida	17,6%	18,6%
Despesa Total	15,2%	16,1%
Resultado Primário	2,3%	2,5%

ao período de janeiro a novembro do ano anterior. As contribuições sociais passaram de 7,4% do PIB, em 2000, para 7,8%, este ano, com destaque para a Cofins e a CPMF. A receita de impostos passou de 7,9% do PIB para 8,1%, em boa medida devido aos efeitos do câmbio sobre a arrecadação do imposto de renda (rendimentos do capital e remessas ao exterior). As demais receitas do Tesouro passaram de 1,8% do PIB para 2,2%. Nesse grupo, vale destacar o ingresso de R\$ 3,1 bilhões em dividendos da União, contra R\$ 1,5 bilhão de 2000, e o resultado da Parcela de Preços Específica (PPE), que permitiu a amortização de títulos emitidos em garantia para a Petrobras no montante de R\$ 829,7 milhões, sem correspondência no ano anterior.

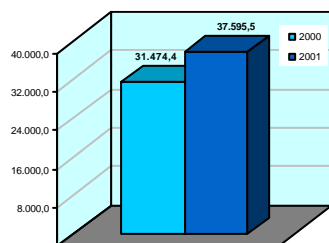
A Previdência Social apresentou déficit equivalente a 0,9% do PIB estimado para o período de janeiro a novembro deste ano, contra 0,7% verificado em idêntico período em 2000. Houve crescimento na arrecadação decorrente do esforço de recuperação das receitas e, adicionalmente, da recuperação do emprego formal ao longo deste ano. Por sua vez, o aumento verificado na despesa com benefícios em relação ao ano passado reflete, em larga medida, o reajuste do salário mínimo em abril, com impacto no caixa da Previdência a partir de maio (para beneficiários que recebem o piso) e a correção dos benefícios com valores superiores ao mínimo a partir de julho. No mês, a elevação do déficit para R\$ 1,6 bilhão foi determinada pelo pagamento do 13^o salário a uma parte dos aposentados e pensionistas.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan-Nov (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Tesouro Nacional	3,2%	3,5%
Previdência Social	-0,8%	-0,9%
Banco Central	0,0%	-0,1%
Governo Central	2,3%	2,5%

Tesouro Nacional

O superávit primário do Tesouro Nacional foi de R\$ 37,6 bilhões até novembro de 2001, correspondendo a 3,5% do PIB estimado para esse período. As receitas apresentaram elevação de R\$ 26,6 bilhões em relação a idêntico período do ano anterior, com destaque para aquelas provenientes do imposto de renda sobre remessas ao exterior (39,9%) e sobre rendimentos de capital (44,5%), em grande medida associadas à evolução da taxa de câmbio no período. Adicionalmente, foi significativo o crescimento da arrecadação da Cofins (17,4%) e da CPMF (17,0%), ambos acima da média de crescimento da receita total (15,4%).

Superávit do Tesouro Nacional
Brasil, Acumulado Jan-Nov (R\$ milhões)



As transferências a estados e municípios cresceram cerca de 0,2 ponto percentual do PIB este ano, refletindo, principalmente, o aumento do imposto de renda. O IPI, outro tributo partilhado com estados e municípios, caiu 0,1 ponto percentual em relação ao período de janeiro a novembro de 2000.

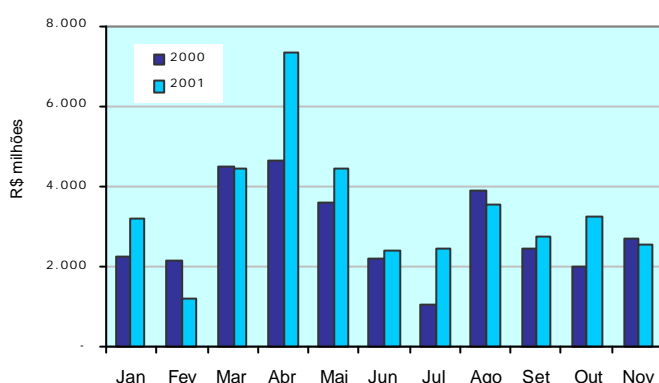
As despesas, por sua vez, cresceram 0,6 ponto percentual do PIB no mesmo período, devido, entre outros fatores, ao realinhamento salarial adotado para carreiras estratégicas do setor público, inclusive Forças Armadas, o que

contribuiu para crescimento de 15,4% na folha de pagamento da União; ao aumento no salário mínimo, com impacto nos gastos com benefícios associados ao seguro-desemprego e ao abono salarial, R\$ 905,1 milhões superior às despesas do ano anterior; e à elevação nas despesas com subsídios à agricultura e às exportações. Os subsídios agrícolas permaneceram constantes em torno de R\$ 2,0 bilhões, quando comparados ao mesmo período de 2000, mas os subsídios às exportações cresceram R\$ 397,8 milhões.

**RESULTADO DO TESOURO NACIONAL
Jan-Nov (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Receitas do Tesouro (*)	16,4%	17,5%
Transferências	3,7%	3,9%
Despesas do Tesouro	9,6%	10,2%
Resultado Primário	3,2%	3,5%

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

**Superávit do Tesouro Nacional
Brasil, 2000/2001**


Até novembro, o superávit atingiu o montante de R\$ 37,6 bilhões, correspondendo a 3,5% do PIB do período.

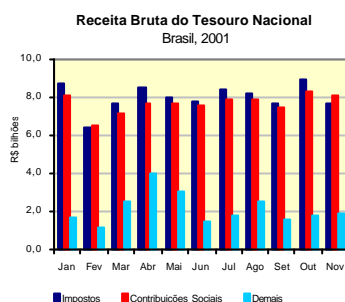
Vale ressaltar que as despesas do Tesouro Nacional, particularmente aquelas concentradas no item “outras despesas” de custeio e capital, encontram-se abaixo dos valores consignados nos Decretos de Programação Financeira, devido ao menor nível de execução por parte dos órgãos da administração pública ao longo de todo o ano. Com efeito, se os recursos autorizados tivessem sido plenamente executados, as despesas do Tesouro teriam crescido 22,9%, em termos nominais, em relação ao gasto observado no mesmo período de 2000.

Em novembro, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 17,7 bilhões, inferior em R\$ 1,3 bilhão à arrecadação do mês anterior. As receitas com impostos e contribuições sociais administradas pela Secretaria de Receita Federal (SRF) atingiram R\$ 15,7 bilhões, perfazendo uma queda de R\$ 1,4 bilhão em relação à receita de outubro. Concorreram para essa redução os seguintes fatores:

- pagamento em outubro da cota única ou primeira cota do IRPJ e CSLL referente à apuração trimestral encerrada em setembro. Com isso, as receitas do IRPJ e da CSLL apresentaram redução de R\$ 608,5 milhões (31,9%) e R\$ 346,5 milhões (32,8%), respectivamente;
- ocorrência de quatro semanas de fatos geradores em novembro, contra cinco no mês anterior, o que contribuiu para a redução do valor dos tributos com

**Receitas do Tesouro
em relação ao mês
anterior**

As receitas administradas pela SRF apresentaram redução de R\$ 1,4 bilhão, afetado principalmente pelo pagamento trimestral do IRPJ e da CSLL em outubro.



apuração semanal: IRRF (R\$ 427,5 milhões), CPMF (R\$ 333,8 milhões) e IOF (R\$ 42,2 milhões);

- apreciação cambial e ocorrência de dois dias úteis a menos em novembro, explicando a queda na arrecadação do Imposto de Importação, R\$ 132,4 milhões (16,1%), e do IPI-Vinculado à Importação, R\$ 57,8 milhões (13,2%).

As demais receitas do Tesouro totalizaram R\$ 1,9 bilhão, superior em R\$ 139,4 milhões ao registrado no mês anterior. Contribuíram para essa elevação o pagamento de dividendos pela Eletrobras, no valor de R\$ 431,3 milhões, e a amortização da Parcela de Preços Específicos, Conta Petróleo, no valor de R\$ 422,2 milhões.

Por outro lado, houve redução de R\$ 571,6 milhões na arrecadação relativa a *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural (Lei nº 9.478/1997). Essa queda está associada à sistemática de recolhimento definida pelo artigo 25 do Decreto nº 2.705/1998, o qual estabelece que o repasse da participação especial ocorre no mês subsequente ao encerramento do trimestre de referência, o que afetou a arrecadação de outubro.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

No ano, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 195,5 bilhões, o equivalente a 18,1% do PIB estimado até novembro, contra 17,2% do PIB em igual período de 2000. As receitas de impostos e contribuições passaram de 15,3% do PIB em 2000 para 15,9% do PIB em 2001 e as outras receitas passaram de 1,8% do PIB para 2,2% do PIB, no mesmo período de comparação.

Em termos nominais, a receita bruta recolhida até novembro deste ano foi R\$ 25,4 bilhões (15,0%) superior à observada em idêntico período de 2000. No que se refere às receitas administradas pela SRF, os principais fatores que afetaram positivamente a arrecadação foram: i) mudança na forma de tributação do setor de combustíveis e no pagamento por substituição pelo setor automotivo, o que contribuiu para o crescimento verificado na arrecadação da Cofins (R\$ 6,3 bilhões) e do PIS/Pasep (R\$ 1,2 bilhão); e ii) evolução da taxa de câmbio ao longo do ano, o que afetou positivamente as receitas do IRRF sobre capital relacionada às operações de *swap* (R\$ 1,7 bilhão), do IRRF sobre remessas ao exterior (R\$ 1,1 bilhão) e do Imposto de Importação (R\$ 823,0 milhões).

No acumulado do ano, as “demais receitas” do Tesouro apresentaram aumento nominal de 27,8% em relação a 2000, equivalente a R\$ 5,1 bilhões. Tal incremento concentrou-se basicamente em: i) dividendos pagos à União (R\$ 1,5 bilhão); ii) *royalties* petróleo e participação especial (R\$ 1,4 bilhão); iii) receitas e

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Nov (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Impostos	7,9%	8,1%
Imposto de Renda	5,1%	5,4%
IPI	1,7%	1,6%
Outros	1,1%	1,1%
Contribuições Sociais	7,4%	7,8%
Cofins	3,6%	3,9%
CPMF	1,3%	1,4%
CSLL	0,9%	0,8%
Outras	1,6%	1,6%
Demais	1,8%	2,2%
Conta Petróleo	0,0%	0,1%
Dividendos da União	0,2%	0,3%
Concessões	0,5%	0,4%
Outras	1,2%	1,4%
Total Bruto	17,2%	18,1%

taxas parafiscais (R\$ 924,5 milhões); iv) superávit da Conta Petróleo (R\$ 829,7 milhões); e v) Programa de Recuperação Fiscal – Refis (R\$ 585,7 milhões).

Em relação aos dividendos pagos à União, foram arrecadados R\$ 3,1 bilhões, contra R\$ 1,5 bilhão registrado no mesmo período de 2000, com destaque para: i) o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), que efetuou recolhimento de dividendos acumulados referentes aos exercícios de 1999 e 2000 no valor de R\$ 378,7 milhões; ii) o pagamento antecipado de dividendos pela Petrobras, no montante de R\$ 371,0 milhões; e iii) o pagamento de dividendos pela Eletrobras, superior em R\$ 146,9 milhões ao realizado em 2000.

Quanto à arrecadação de *royalties* petróleo e participação especial (Lei nº 9.478/1997), o acréscimo decorreu do aumento da produção interna tributada de petróleo e gás natural e do aumento do preço médio de referência, este influenciado principalmente pela evolução da taxa de câmbio em 2001. No caso da participação especial, além dos fatores mencionados, sua cobrança caracteriza-se pela progressividade das alíquotas, observando-se este ano aumento de arrecadação da ordem de 66,7% frente ao mesmo período de 2000.

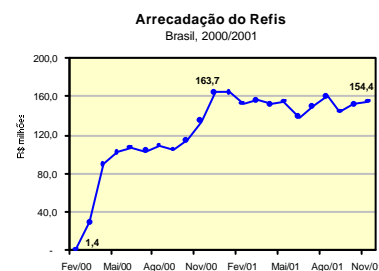
O acréscimo nas receitas parafiscais e taxas diversas vinculadas a órgãos da administração direta e indireta esteve associado a: i) receitas de serviços de processamento de dados (R\$ 229,7 milhões, 100,2%); e ii) receitas de serviços hospitalares (R\$ 209,9 milhões, 440,1%). No caso das receitas de processamento de dados, a arrecadação foi afetada pelo pagamento ao Serpro de serviços relativos a exercícios anteriores. Como o principal cliente da empresa é o próprio governo federal, esse aumento não representou melhora no superávit primário, visto que teve contrapartida do lado da despesa. Quanto às receitas de serviços hospitalares, o acréscimo decorreu da cobrança da indenização pela prestação de assistência médico-hospitalar aos militares inativos, no âmbito da reestruturação da remuneração dos militares definida nos termos da Medida Provisória nº 2.215-10/2001.

Em 2001, a Conta Petróleo acumula superávit de R\$ 829,7 milhões, sem contrapartida no ano passado. Esse resultado é explicado em grande medida pela evolução favorável do preço interno dos combustíveis e seus derivados frente ao custo do petróleo no mercado externo, ambos expresso em reais.

Os ingressos decorrentes do parcelamento de débitos previstos no Refis atingiram R\$ 1,3 bilhão até outubro deste ano, contra R\$ 670,8 milhões em igual período de 2000. O gráfico ao lado apresenta a evolução do recolhimento do programa a partir do seu início em fevereiro daquele ano.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO Jan-Nov (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Demais	18.280,6	23.358,1
Conta Petróleo	-	829,7
Dividendos da União	1.530,6	3.078,9
Concessões	5.167,0	4.369,2
Outras	11.583,0	15.080,3

O aumento da arrecadação de royalties petróleo e participação especial, de R\$ 1,4 bilhão no acumulado do ano, decorre do aumento da produção interna tributada e da evolução da taxa de câmbio em 2001.



Transferências a estados e municípios

Até novembro, as transferências a estados e municípios passaram de 3,70% do PIB em 2000 para 3,86% do PIB estimado em 2001, perfazendo um incremento de R\$ 5,1 bilhões. No que concerne às transferências constitucionais, estas apresentaram um acréscimo de R\$ 4,7 bilhões (16,9%), refletindo o bom desempenho dos tributos partilhados. Assim, à exceção de março, em todos os demais meses de 2001 tais transferências superaram aquelas observadas em 2000.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS Jan-Nov (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Constitucionais	2,83%	3,03%
Desoneração do ICMS	0,37%	0,30%
Demais	0,50%	0,53%
Total	3,70%	3,86%

Os repasses decorrentes da aplicação da Lei Complementar nº 87/1996 apresentaram redução de R\$ 337,3 milhões (9,3%) no ano. Esse comportamento está associado à mudança na sistemática de repasse das transferências instituída pela Lei Complementar nº 102/2000, regulamentada pela Medida Provisória nº 1.816/2000 e convertida posteriormente na Lei nº 10.195/2001, o que resultou em concentração de liberações em agosto e setembro do ano passado. A Lei Complementar nº 102/2000 prevê o retorno à sistemática da Lei Complementar nº 87/1996 para as transferências realizadas a partir de 2003.

DEMAIS TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS Jan-Nov (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Salário-Educação	1.648,9	1.924,5
Royalties Lei 9478	1.751,5	2.263,9
Fundef	470,3	426,4
Outras	1.109,0	1.113,2
Total	4.979,7	5.728,1

As demais transferências atingiram R\$ 5,7 bilhões até novembro, correspondendo a 0,53% do PIB, ligeiramente superior ao nível verificado em 2000. Em termos nominais, o aumento foi de R\$ 748,4 milhões (15,0%), associado, principalmente, ao crescimento de R\$ 512,4 milhões das receitas de *royalties* petróleo e de participações especiais (Lei nº 9.478/1997), e às transferências do salário-educação, cuja elevação foi de R\$ 275,6 milhões. Os repasses para o Fundef estão inferiores em R\$ 43,9 milhões, devido ao comportamento favorável das outras fontes de arrecadação do Fundo, o que diminuiu as necessidades de complementação de recursos pela União.

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 10,6 bilhões em novembro, apresentando uma redução de 8,7%, equivalente a R\$ 1,0 bilhão, em relação ao mês de outubro. Tal comportamento explica-se, basicamente, pela apropriação, naquele mês, dos subsídios relativos à securitização da dívida agrícola no montante de R\$ 1,1 bilhão, sem correspondência em novembro. Cabe salientar que o crescimento nas despesas de pessoal e encargos foi contrabalançado pela redução nas demais despesas de custeio e capital.

As despesas do Tesouro Nacional (pessoal e encargos sociais e custeio e capital) totalizaram em novembro R\$ 10,6 bilhões; em relação ao mês anterior, houve diminuição de 8,7%.

O incremento de 9,1% observado nas despesas com pessoal e encargos (equivalente a R\$ 437,3 milhões) decorreu, em boa medida, do pagamento de parcela referente ao 13º salário dos servidores de órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário. O pagamento referente aos servidores do Poder Executivo e dos demais órgãos do Legislativo e Judiciário, que não realizaram pagamentos em novembro, impactarão o caixa do Tesouro em dezembro.

As despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) mantiveram-se praticamente no mesmo nível, atingindo o montante de R\$ 621,5 milhões este mês contra R\$ 609,4 milhões em outubro. Os gastos com abono e seguro desemprego perfizeram R\$ 556,6 milhões e as demais despesas operacionais do FAT, R\$ 64,9 milhões.

Os gastos com subsídios e subvenções econômicas passaram de R\$ 1,2 bilhão, em outubro, para R\$ 97,7 milhões, este mês. Tal redução associou-se, basicamente, à apropriação, no mês passado, da parcela relativa à securitização agrícola, com base nas Leis nº 9.138/1995 e 9.866/1999.

No que se refere aos subsídios à agricultura, merece destaque o resultado líquido positivo de R\$ 51,3 milhões das operações sob amparo do programa de Aquisições do Governo Federal (AGF). As receitas, em sua maior parte decorrentes da venda de estoques de arroz, totalizaram R\$ 140,3 milhões, ao passo que as despesas com equalização e concessão de empréstimos foram de R\$ 89,2 milhões, concentradas na aquisição direta de algodão, produto cujo preço de mercado encontra-se abaixo do preço mínimo, e na compra de milho, referente ao exercício de contratos de opção.

Relativamente à rubrica “outras despesas” de custeio e capital, observou-se redução de 6,5%, correspondente a R\$ 324,1 milhões, em relação a outubro. Destaque-se que, à semelhança de meses anteriores, os recursos disponibilizados aos diversos órgãos da administração pública, consoante valores estabelecidos nos Decretos de Programação Financeira, bem assim as receitas próprias dos mesmos, ainda não foram integralmente utilizados. Assim, não obstante as liberações de recursos financeiros pelo Tesouro Nacional terem obedecido estritamente os cronogramas de programação financeira, a menor realização da despesa pelos órgãos reflete, entre outros, aspectos próprios da execução de projetos tais como processos de licitação para contratação e execução de cronogramas físicos de obras.

No período de janeiro a novembro de 2001, as despesas do Tesouro Nacional atingiram 10,2% do PIB, apresentando crescimento de 0,6 ponto percentual do PIB em relação às verificadas em igual período de 2000. Os gastos com pessoal e encargos sociais e as despesas de custeio e capital – exclusive despesas do FAT e despesas com subsídios e subvenções - registraram aumento de 0,3 e 0,2 ponto percentual do PIB, respectivamente.

Em termos nominais, o acréscimo na folha do funcionalismo foi de 15,4%, equivalente a um acréscimo de R\$ 7,5 bilhões em relação a 2000, reflexo do realinhamento salarial adotado para algumas carreiras estratégicas do setor

**DESPESAS DO TESOURO NACIONAL
2001**

DISCRIMINAÇÃO	Out	Nov
Pessoal e Encargos	4.785,8	5.223,1
Custeio e Capital	6.804,7	5.354,2
Despesas do FAT	604,9	621,5
Subsídios e Subvenções	1.240,6	97,7
Outras	4.959,1	4.635,0

A redução dos gastos com subsídios e subvenções econômicas decorreu da apropriação, em outubro, da despesa com securitização da dívida agrícola, sem paralelo em novembro, mês em que as vendas líquidas no âmbito do AGF também contribuíram para o nível observado.

**Despesas do
Tesouro em relação
ao ano anterior**

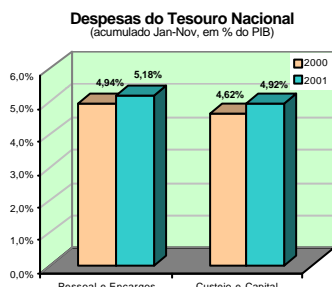
**DESPESAS DO TESOURO NACIONAL
Jan-Nov (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Pessoal e Encargos	4,94%	5,21%
Custeio e Capital	4,62%	4,95%
Despesas do FAT	0,51%	0,56%
Subsídios e Subvenções	0,33%	0,36%
Outras	3,78%	4,04%

público, incluindo a reestruturação da carreira militar das Forças Armadas, a partir de janeiro deste ano, conforme Medida Provisória nº 2.215-10, de 31/08/2001.

Os seguintes fatores também contribuíram para elevação da despesa de pessoal em 2001: i) pagamento da 1ª parcela do passivo do adicional de tempo de serviço (anuênios), conforme estabelecido no art. 8º da MP nº 2.169-43, de 24/08/2001, devido aos servidores celetistas que passaram a ser regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU). Tal passivo teve origem na Resolução nº 35/1999, do Senado Federal, a qual tornou sem efeito o inciso I do art. 7º da Lei nº 8.162/1991; e ii) incorporação do percentual de 11,98% na folha de pagamento dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público da União, referente à conversão dos salários pela URV, em cumprimento a decisão judicial.

Observou-se também incremento de 0,3 ponto percentual do PIB na rubrica "custeio e capital", comparativamente a 2000. Excluindo-se os gastos do FAT e de subsídios e subvenções econômicas, as demais despesas de custeio e capital atingiram equivalente a 4,0% do PIB até novembro. Em termos nominais, houve crescimento de R\$ 6,3 bilhões justificado, em parte, pelo aumento nas liberações para custeio e investimento na área de saúde em atendimento à Emenda Constitucional nº 29/2000 que, até novembro, totalizaram R\$ 17,7 bilhões, contra R\$ 15,4 bilhões em igual período de 2000.



As despesas do FAT elevaram-se 19,4% em relação ao período de janeiro a novembro do ano anterior, perfazendo o equivalente a 0,56% do PIB. Esta evolução dos gastos deveu-se, principalmente, ao aumento do salário mínimo ocorrido em abril deste ano, com reflexo nos valores dos benefícios de seguro desemprego e abono salarial pagos a partir daquele mês. No caso do abono salarial, o impacto mais significativo ocorreu a partir da liberação do primeiro lote do benefício, referente ao exercício 2001-2002, em julho.

**OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO
Jan-Nov (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Agricultura	2.002,1	1.992,5
Custeio Agropecuário	109,0	150,6
Investimento Rural	12,9	45,9
Preços Agrícolas	449,7	332,6
- EGF	2,9	2,4
- AGF	385,3	240,0
- Sustentação de preço	61,5	90,2
Pronaf	305,1	341,0
PESA	0,0	29,0
Securitização (Lei 9.138)	1.125,4	1.093,3
Exportação	587,4	994,9
Proex	587,4	994,9
Total	2.589,5	2.987,3

Os gastos com subsídios à agricultura e às exportações atingiram até novembro o montante de R\$ 3,0 bilhões contra R\$ 2,6 bilhões de idêntico período de 2000. Cabe salientar que as despesas do Tesouro Nacional foram afetadas, nos últimos três meses, pelo aumento do montante equalizável financiado refletindo a maior demanda por recursos para o plantio referente à safra agrícola de 2002.

Os subsídios às exportações no âmbito do Proex apresentaram crescimento de 15,4% no período, em decorrência da evolução da taxa de câmbio e do aumento na procura por financiamentos com recursos do Programa. As operações realizadas na modalidade sujeita a equalização de taxas totalizaram US\$ 407,8 milhões até novembro deste ano, contra US\$ 290,3 milhões em igual período de 2000. Por sua vez, as exportações vinculadas ao programa atingiram US\$ 12,8 bilhões, contra US\$ 9,5 bilhões no mesmo período de 2000.

O Regime Geral da Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 1,6 bilhão no mês de novembro, 66,7% acima do verificado no mês anterior. Este resultado é explicado pelo aumento sazonal da despesa com benefícios referentes ao pagamento de parte do 13º salário dos aposentados e pensionistas.

Previdência Social

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL Brasil, 2000-2001				
DISCRIMINAÇÃO	Out	Nov	Jan-Nov	
	2001	2001	2000	2001
Arrecadação Líquida	5.072,3	5.086,2	48.044,9	53.895,9
Arrecadação Bruta	5.495,3	5.473,1	51.870,6	58.483,2
- Contribuição Previdenciária	5.077,2	5.070,6	48.246,1	54.463,8
- Simples	221,4	237,3	1.817,7	2.233,0
- CDP	21,1	0,0	214,0	73,8
- CFT	36,6	70,6	222,4	377,9
- Depósitos Judiciais	91,4	46,2	836,8	693,0
- Refis	38,0	38,6	223,6	419,0
- Outras Receitas	9,6	9,8	309,9	222,7
(-) Restituição/Devolução	-63,3	-20,5	-163,3	-336,7
(-) Transferências a Terceiros	-359,7	-366,4	-3.662,3	-4.250,5
Benefícios Previdenciários	6.026,7	6.676,9	56.072,1	64.044,3
Resultado Primário	-954,4	-1.590,7	-8.027,2	-10.148,3
Resultado Primário/PIB			-0,81%	-0,94%

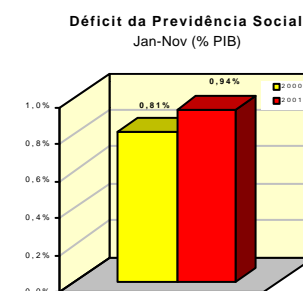
A Previdência Social apresentou déficit de R\$ 1,6 bilhão no mês de novembro. No acumulado do ano, o déficit atingiu R\$ 10,1 bilhões ou 0,94% do PIB estimado.

A tabela acima apresenta em detalhes a evolução do resultado primário do RGPS até novembro deste ano. A arrecadação líquida, quando comparada ao mês anterior, manteve-se praticamente constante, atingindo R\$ 5,1 bilhões. Ressalta-se o aumento de 92,9% nas receitas de resgates de Certificados do Tesouro Nacional (CFT), explicado pela quitação de dívidas previdenciárias por parte da Caixa Econômica Federal, acarretando um ingresso de R\$ 42,1 milhões na caixa da Previdência Social.

As despesas com benefícios previdenciários tiveram um aumento nominal da ordem de 10,8%, atingindo R\$ 6,7 bilhões. Esse acréscimo se deve ao pagamento do 13º salário dos beneficiários que recebem no 1º dia útil de dezembro, impactando a conta única do Tesouro Nacional no mês de novembro.

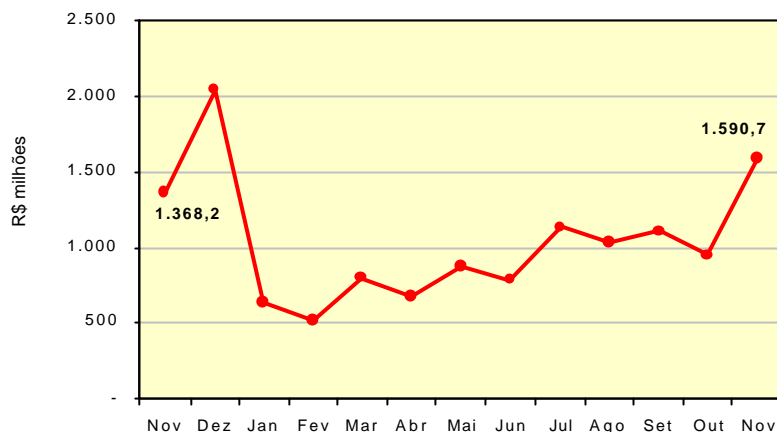
Em termos acumulados, o RGPS registrou déficit de R\$ 10,1 bilhões, equivalente à 0,94% do PIB, sendo R\$ 2,1 bilhões superior ao déficit de idêntico período de 2000. A arrecadação líquida passou de 4,85% do PIB, de janeiro a novembro de 2000, para 4,98% este ano. Em termos nominais, as receitas atingiram R\$ 53,9 bilhões em 2001, contra R\$ 48,0 bilhões em 2000, apresentando crescimento de 12,2%. Destaca-se o incremento de R\$ 6,2 bilhões, provenientes das contribuições previdenciárias, reflexo do esforço de recuperação de receitas, e dos reajustes na tabela de contribuições a partir de maio (salário mínimo) e julho (benefícios acima de um salário mínimo) de 2001.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA Jan-Nov (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Contribuição	4,85%	4,98%
Benefícios	5,66%	5,92%
Resultado Primário	-0,81%	-0,94%



Déficit da Previdência Social

Brasil, 2000/2001



Até novembro de 2001, a arrecadação líquida da previdência atingiu R\$ 53,9 bilhões, contra R\$ 48,0 bilhões no mesmo período do ano passado.

Pode-se enumerar os seguintes fatores que têm contribuído, dentre outros, para o crescimento da arrecadação: i) aumento no recolhimento das microempresas e empresas de pequeno porte, optantes do Simples, que passou de R\$ 1,8 bilhão em 2000, para R\$ 2,2 bilhões em 2001; ii) arrecadação das receitas decorrentes do Refis, com incremento de R\$ 195,4 milhões em relação ao ano anterior; e iii) arrecadação por meio de Certificados do Tesouro Nacional (CFT-E), no âmbito do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior (FIES), registrando crescimento de 69,9% (R\$ 155,5 milhões) em relação a igual período do ano passado.

As despesas com benefícios previdenciários atingiram R\$ 64,0 bilhões até novembro de 2001, apresentando acréscimo da ordem de R\$ 8,0 bilhões. Os benefícios que apresentaram maiores incrementos, comparativamente à média das emissões entre janeiro e novembro de 2000, foram: i) auxílio-doença, cujo montante de benefícios pagos passou de 470,6 mil para 527,6 mil; ii) salário maternidade, que passaram de 110,4 mil para 122,1 mil; e iii) amparos assistenciais para idosos e portadores de deficiência, de 1,1 milhão para 1,3 milhão. Destaca-se também o incremento no valor médio dos seguintes benefícios no mesmo período: i) aposentadoria por invalidez, que passou de R\$ 221,9 para R\$ 258,6; ii) benefícios de amparos assistenciais, passando de R\$ 147,8 para R\$ 173,2; e iii) rendas mensais vitalícias, apresentando valores médios de R\$ 147,2 e R\$ 172,4 para o ano de 2000 e 2001, respectivamente.

Benefícios Emitidos	Jan/2000-nov/2000	Jan/2001-nov/2001	%
Quantidade*	19,2	19,9	3,6%
Valor Médio**	265,4	295,7	11,4%

(*) média em milhões
(**) média em R\$ 1,00

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em novembro, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público reduziu-se em 1,1 ponto percentual do PIB em relação a outubro, totalizando R\$ 289,4 bilhões, o que equivale a 24,6% do PIB acumulado nos últimos doze meses. A tabela 2, a seguir, apresenta a composição da dívida líquida em poder do público nos meses de setembro, outubro e novembro.

Em novembro, a dívida líquida do Tesouro Nacional reduziu-se em 1,1 ponto percentual do PIB em relação ao mês anterior, totalizando R\$ 289,4 bilhões, equivalente a 24,6% do PIB.

TABELA 2
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2001

	2001		
	Set	Out	Nov
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	92.828	102.761	108.607
Dívida Mobiliária em Mercado ¹	475.126	490.691	496.001
Dívida Contratual da STN	-296.906	-301.075	-300.721
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-85.391	-86.855	-86.673
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	197.036	197.553	180.828
Dívida Mobiliária em Mercado	149.000	149.586	135.980
Títulos Depositados em Garantia	-4.457	-4.858	-4.210
Dívida Contratual	53.655	53.965	50.178
Disponibilidades	-1.162	-1.140	-1.120
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	289.865	300.314	289.435
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	25,0%	25,7%	24,6%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

A apreciação da taxa de câmbio e as amortizações de títulos da dívida externa contribuíram para a queda da dívida líquida no mês.

Em relação ao mês anterior, a dívida líquida caiu R\$ 10,9 bilhões. A maior parte dessa queda deve-se à diminuição de R\$ 16,7 bilhões na dívida externa líquida, em decorrência dos efeitos da apreciação da moeda nacional frente ao dólar (6,59%) e das amortizações dos bônus Global 2001 e do Eurobônus 2001, no montante total de R\$ 3,4 bilhões.

A dívida interna líquida aumentou R\$ 5,8 bilhões em relação a outubro. Tal comportamento reflete o crescimento do estoque da dívida mobiliária em mercado de R\$ 5,3 bilhões e pela queda nos haveres contratuais da STN (R\$ 354,0 milhões) e nos haveres dos fundos, autarquias e fundações (R\$ 182,0 milhões), em decorrência da apreciação cambial ocorrida no mês.

Com relação à dívida mobiliária interna, o aumento do saldo está relacionado às emissões líquidas de R\$ 1,7 bilhão e à apropriação de juros em R\$ 3,6 bilhões.

Dívida Interna Líquida

TABELA 3
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2001

(R\$ milhões)

	2001		
	Set	Out	Nov
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	92.828	102.761	108.607
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM MERCADO	475.126	490.691	496.001
LFT	255.030	260.464	266.020
LTN	57.183	52.859	51.191
NTN-C	23.401	24.872	25.961
NTN-D	20.941	35.461	37.820
Demais	97.051	97.424	95.284
Dívida Securitizada	19.098	17.263	17.434
TDA	2.422	2.347	2.291
DÍVIDA CONTRATUAL	-382.297	-387.930	-387.394
<i>Tesouro Nacional</i>	-296.906	-301.075	-300.721
Dívida Bancária	25.989	26.419	26.459
Lei nº 7.976/89	-12.082	-12.309	-11.487
Lei nº 8.727/93	-44.639	-45.083	-46.321
Lei nº 9.496/97	-149.746	-150.755	-153.189
Renegociação Dívida Municipais	-19.700	-19.795	-20.105
Demais Haveres da STN	-96.729	-99.552	-96.078
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-85.391	-86.855	-86.673
FAT	-62.252	-63.525	-63.209
Demais Entidades	-23.139	-23.330	-23.464
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM MERCADO/PIB	40,9%	41,9%	42,1%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-32,9%	-33,2%	-32,9%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-25,6%	-25,7%	-25,5%

Em novembro, a dívida mobiliária em mercado aumentou R\$ 5,3 bilhões, sendo R\$ 3,6 bilhões relativos à apropriação de juros e o restante devido às emissões líquidas.

Emissões e Resgates

Em novembro, as emissões da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) do Tesouro Nacional em poder do público corresponderam a R\$ 17,5 bilhões e os resgates perfizeram R\$ 15,9 bilhões.

Conforme apresentado na tabela 4, houve emissão líquida de títulos remunerados pela variação cambial (NTN-D) e pela taxa Selic (LFT) nos montantes respectivos de R\$ 4,6 bilhões e R\$ 1,9 bilhão e resgate líquido de títulos prefixados (LTN) de R\$ 2,4 bilhões. Desse modo, assim como observado no mês de outubro, a emissão líquida total esteve associada à colocação de papéis cambiais em conformidade com a política de substituição dos títulos de emissão própria do Banco Central.

O Tesouro Nacional emitiu, em novembro, por meio de oferta pública, R\$ 5,5 bilhões em NTN-D com prazos de emissão de 6, 36 e 60 meses; R\$ 7,3 bilhões de LTN de 6 meses; R\$ 298,0 milhões de LTN de 18 meses; e R\$ 309,9 milhões em NTN-C de 20 anos.

Destaca-se, ainda, o aumento na demanda por prefixados, em relação ao mês anterior. Tal elevação foi impulsionada, em particular, pela percepção

O Tesouro Nacional realizou, em novembro, emissão líquida de R\$ 1,7 bilhão.

positiva do mercado sobre a conjuntura brasileira, a despeito da continuidade de turbulências no cenário externo.

TABELA 4
EMISSÕES E RESGATES DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA (DPMFi) DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, Nov/2001

(R\$ milhões)

Fatos	Ofertas Públicas*	Emissões Diretas	Total
I. Emissões	13.423	4.108	17.531
LFT	0	2.135	2.135
LTN	7.623	0	7.623
NTN-C	310	0	310
NTN-D	5.484	547	6.031
TDA	0	14	14
Securitizada**	0	57	57
Demais	6	1.355	1.361
II. Resgates***	11.705	4.162	15.868
LFT	246	0	246
LTN	10.000	0	10.000
NTN-C	0	0	0
NTN-D	1.460	0	1.460
TDA	0	104	104
Securitizada**	0	70	70
Demais	0	3.989	3.989
III. Valor líquido (I-II)	1.718	-54	1.663

* O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates dos títulos emitidos por meio de colocação direta.

** Inclui dívida agrícola.

*** Correspondem aos montantes de pagamentos e cancelamentos.

As emissões diretas da DPMFi em poder do público totalizaram R\$ 4,1 bilhões, tendo sido mais representativas as seguintes operações: i) emissão de R\$ 1,3 bilhão em CFT-H para o BNDES, referentes ao contrato de cessão de créditos decorrente das operações de renegociação de dívidas originárias de crédito rural; ii) emissão de R\$ 1,1 bilhão de LFT, em troca pelos CFT-H mencionados no item anterior, e; iii) R\$ 1,1 bilhão em LFT para a Eletrobras, em pagamento da aquisição, pelo Tesouro Nacional, de parte de seus créditos da Lei nº 8.727/1993.

Os resgates de títulos emitidos por meio de emissão direta totalizaram R\$ 4,2 bilhões, dos quais destacam-se os seguintes cancelamentos: i) CFT-H no montante de R\$ 1,3 bilhão; ii) NTN-I totalizando R\$ 620,2 milhões, que foram trocadas por NTN-D; iii) LFT-E no montante de R\$ 460,5 milhões, e; iv) NTN-H no total de R\$ 422,2 milhões, devido a superávit na conta petróleo (PPE).

Boxe 1 - Emissão de NTN-C

Foi realizado, nos dias 30 e 31/10, com liquidação financeira em 01/11, leilão de NTN-C, títulos remunerados a índice de preços (IGP-M) com prazo de vencimento em 2021. O volume financeiro total emitido foi de R\$ 309,9 milhões. Do valor total, R\$ 165,7 milhões foram aceitos em troca de títulos da dívida mobiliária interna (LFT-A e CFT-E) e R\$ 144,1 milhões em dinheiro.

A taxa obtida nesse leilão foi de 10,55% a.a., próxima à obtida no leilão anterior, com liquidação financeira em 1º de agosto de 2001 - 10,50% a.a - para título com prazo semelhante (vencimento em 2021).

Em novembro, as emissões diretas da DPMFi em poder do público totalizaram R\$ 4,1 bilhões.

Boxe 2 - Emissão de CFT-H

A emissão de CFT-H, em novembro, foi realizada no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (Proef). O Banco do Brasil possuía obrigações junto ao BNDES decorrentes de alongamentos realizados ao amparo da Lei nº 9.138/1995, de contratos originários do crédito rural celebrados com recursos do BNDES e da Agência Especial de Financiamento Industrial - Finame, e renegociados no âmbito das Resoluções nºs 2.238/1996 e 2.471/1998, ambas do Conselho Monetário Nacional. Desse modo, o BNDES cedeu e transferiu à União todos os direitos, vantagens e garantias asseguradas desta dívida do Banco do Brasil em troca da emissão de CFT-H por parte do Tesouro Nacional.

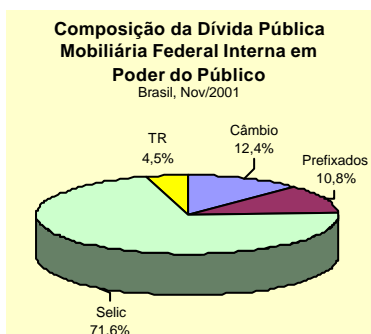
Boxe 3 – Leilão de Oferta Firme

Em 29/11, o Tesouro Nacional realizou leilão de oferta firme de LTN, com prazo de vencimento de 18 meses. O último leilão desse tipo ocorreu em janeiro do ano corrente, quando o Tesouro havia ofertado títulos prefixados com prazo de vencimento de 26,5 meses.

O leilão foi realizado em duas etapas. Na primeira, em leilão de preço único (holandês), somente os *dealers* apresentaram as propostas, a partir das quais o Tesouro Nacional definiu a taxa máxima de 24,80% a.a. e o volume financeiro de R\$ 298,0 milhões, que seria ofertada na segunda fase, em leilão tradicional. O lote foi vendido integralmente à taxa média de 24,70% a.a., correspondeu a 103,8% da curva do mercado e marcou o retorno de papéis com prazo superior a um ano desde março/2001.

Composição

Na tabela 5, a seguir, apresenta-se a composição da DPMFi em poder do público. Os títulos remunerados pela taxa Selic aumentaram sua participação em 0,33 ponto percentual, devido à emissão líquida de LFT ocorrida no mês, enquanto que os prefixados reduziram sua composição em 0,45 ponto percentual, devido ao resgate líquido das LTN. No tocante às NTN-D, apesar da emissão líquida ocorrida no mês, não houve aumento de sua participação em função da apreciação cambial.



**TABELA 5
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO
NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR
TIPO DE RENTABILIDADE
BRASIL, 2000/2001**

Indexador	2001 (%)		
	Nov	Out	Nov
Selic	62,34	64,45	64,78
C&mbio	7,38	11,15	11,26
Prefixados	17,66	10,84	10,39
Índices de Preços	7,12	9,31	9,46
TR	5,43	4,24	4,10
Outros	0,07	0,00	0,01

* Não inclui dívida agrícola.

Custo Médio

Destaca-se a expressiva redução no custo médio da DPMFi em poder do público, que caiu de 19,62% a.a., em outubro, para 10,99% a.a., em novembro (vide tabela 6). A redução é explicada, basicamente, pela apreciação cambial ocorrida no mês (6,59%).

Excluindo-se os títulos cambiais, observou-se um pequeno aumento no custo médio, que passou de 19,03% a.a. em outubro para 19,12% a.a. em novembro. A elevação decorre, principalmente, do aumento no custo médio das

LTN (0,60 ponto percentual) e das NTN-C (1,69 ponto percentual). Um dos fatores que explica o aumento desses custos são as emissões de LTN e NTN-C, em novembro, com prazos maiores do que o realizado em outubro, levando a emissões com taxas superiores.

TABELA 7
CUSTO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2000/2001

(% anual)

Período	Total (1)	Total (2)	Pub (1)	Pub (2)
2000				
Nov	16,18	18,88	17,00	19,56
Dez	15,98	15,38	16,86	16,57
2001				
Jan	15,51	15,84	16,20	16,67
Fev	15,11	19,50	15,87	19,35
Mar	15,28	20,54	16,04	19,70
Abr	16,28	16,71	16,94	17,40
Mai	16,04	24,60	16,78	22,46
Jun	17,02	14,67	17,83	16,56
Jul	18,43	23,34	19,18	22,59
Ago	18,60	22,65	19,35	22,30
Set	17,96	23,42	18,74	22,06
Out	19,03	19,62	19,44	20,10
Nov	19,12	10,99	19,70	12,55

Pub - Títulos emitidos em oferta pública em mercado.
(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

TABELA 6
CUSTO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2000/2001

Em % anual

Título	2000		2001
	Nov	Out	Nov
LTN	18,50	18,17	18,77
LFT	16,51	19,06	19,05
NTN-C	16,49	26,34	28,03
NTN-D	59,63	30,13	-52,20
TDA	7,61	9,31	8,30
Dívida Securitizada *	11,51	14,03	16,99
Demais	18,31	19,07	3,07
Total	19,02	19,62	10,99

* Não inclui dívida agrícola.

Em novembro, o custo médio anual total da dívida mobiliária em poder do público caiu para 10,99%. Essa queda pode ser explicada pela apreciação cambial ocorrida no mês.

O prazo médio da DPMFi em poder do público no mês de novembro foi de 40,13 meses, apresentando redução de 0,56 meses em relação a outubro (vide tabela 8). Essa redução decorre, essencialmente, da diminuição nos prazos médios das NTN-C e LFT, não compensada pelo aumento nos prazos médios das NTN-D, LTN e TDA. O aumento no prazo médio das NTN-D e das LTN é explicado pela emissão de títulos mais longos em relação ao mês de outubro.

Prazo Médio

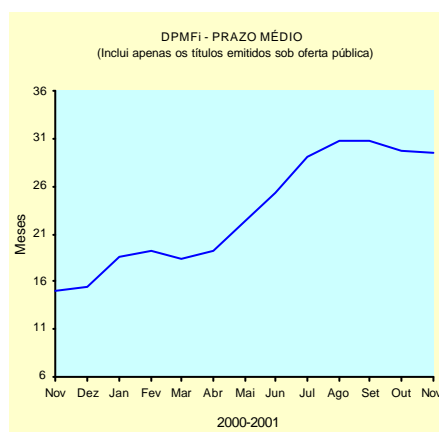
O prazo médio da dívida interna em mercado passou de 40,69 meses em outubro, para 40,13 meses em novembro.

TABELA 8
PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2000-2001

(meses)

Período	Total	Pub (1)
2000		
Nov	32,17	15,05
Dez	32,27	15,36
2001		
Jan	34,56	18,54
Fev	34,90	19,19
Mar	34,12	18,43
Abr	35,24	19,28
Mai	37,99	22,52
Jun	40,23	25,39
Jul	41,13	29,20
Ago	42,05	30,93
Set	41,81	30,92
Out	40,69	29,81
Nov	40,13	29,64

(1) Títulos emitidos por meio de oferta pública.



PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2000-2001

(meses)

Título	2000		2001
	Nov	Out	Nov
LTN	5,56	3,30	3,43
LFT	27,61	38,36	37,57
NTN-C	37,42	73,48	73,08
NTN-D	9,49	15,77	18,34
TDA	49,21	47,76	48,93
Dívida Securitizada*	78,19	67,83	66,87
Demais	91,25	92,57	92,28
Total	32,17	40,69	40,13

(*) Inclui dívida agrícola.

Dívida Externa Líquida

O estoque da Dívida Pública Federal externa (DPFe) do Tesouro Nacional diminuiu R\$ 17,4 bilhões (8,55%) em relação ao mês anterior. Essa queda foi ocasionada, principalmente, devido a dois fatores: i) a apreciação do real em 6,59% ocorrida no mês de novembro, e; ii) o resgate dos bônus Global 2001 e do Eurobônus 2001, no montante total de R\$ 3,4 bilhões.

Em novembro, o saldo da dívida externa líquida perfaz 15,3% do PIB, caindo 1,6 ponto percentual em relação ao mês anterior, em decorrência da apreciação cambial e das amortizações ocorridas no mês.

TABELA 9
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2000/2001

(R\$ milhões)

	2000		2001	
	Nov	Out	Nov	Nov
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA EM MERCADO	103.813,1	149.586,4	135.980,2	
Bônus de Renegociação	51.888,0	53.067,8	49.570,6	
Bônus de Captação	51.925,1	96.518,6	86.409,5	
II. DÍVIDA CONTRATUAL	37.711,1	53.964,9	50.177,7	
Organismos Multilaterais	16.656,3	27.280,3	25.468,8	
Bancos Privados/Ag. Governamentais	6.719,8	9.225,4	8.615,9	
Clube de Paris	14.335,0	17.459,2	16.093,1	
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-4.589,5	-4.858,2	-4.209,9	
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-986,3	-1.140,3	-1.119,7	
V. TOTAL (I+II+III+IV)	135.948,3	197.552,8	180.828,4	
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA TOTAL/PIB	12,6%	16,9%	15,3%	

Quanto à execução financeira total da dívida externa no mês, o montante pago foi de R\$ 4,6 bilhões, dos quais R\$ 3,6 bilhões referiram-se ao pagamento de principal e R\$ 939,7 milhões ao pagamento de juros. Do total desembolsado no mês, R\$ 4,2 bilhões referiram-se à dívida mobiliária, R\$ 229,8 milhões a pagamentos a organismos multilaterais (BIRD e BID) e R\$ 109,7 milhões a bancos privados/agências governamentais, conforme demonstrado na tabela 10.

Foram pagos no mês R\$ 4,6 bilhões entre principal, juros e encargos da dívida externa.

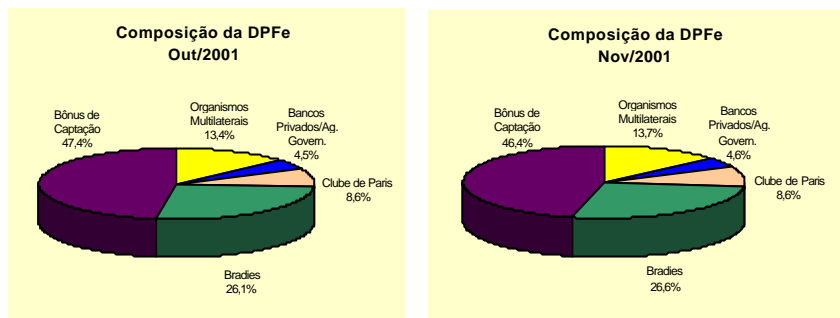
TABELA 10
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, Out/2001

(R\$ milhões)

Discriminação	Principal	Juros e Encargos	Total
I. Encargos Totais	3.619,9	939,6	4.559,5
I.1. Organismos Multilaterais	152,1	77,7	229,8
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	87,3	22,4	109,7
I.3. Dívida Mobiliária	3.380,5	839,5	4.220,0
Global 2001	2.037,8	90,4	2.128,2
Global 2027	0,0	450,6	450,6
Euro 2006	0,0	187,7	187,7
Euro 2001	1.342,7	110,8	1.453,5

Em novembro, a composição da DPFe apresentou alteração entre as participações dos Bônus de Renegociação e dos Bônus de Captação, em virtude dos resgates dos bônus Global 2001 e Eurobônus 2001, conforme pode ser observado nos gráficos abaixo.

Composição



O prazo médio da dívida mobiliária externa aumentou de 6,68 para 6,80 anos, exclusivamente em virtude dos resgates dos bônus anteriormente mencionados, que impactaram fortemente o prazo da DPFe em função dos seus elevados montantes.

Prazo Médio

TABELA 11
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA EXTERNA BRASIL, 2000/2001

Título	2000		2001
	Nov	Out	Nov
Prazo Médio (anos)	7,39	6,68	6,80
Bônus de Renegociação	7,07	6,68	6,60
Bônus de Captação	7,71	6,69	6,91
Globais	9,22	8,27	8,49
Euros	3,97	3,65	3,93
Demais	3,16	2,88	2,82
Custo Médio (% a.a.) *	9,09	8,72	8,28
Bônus de Renegociação	7,53	6,39	5,19
Bônus de Captação	10,65	10,00	10,06
Globais	11,32	10,97	11,04
Euros	9,93	9,80	9,94
Demais	6,32	5,04	5,04

* Custo Médio em dólares.

O prazo médio da dívida externa subiu de 6,68 anos em outubro para 6,80 anos em novembro.

Quanto ao custo médio em dólares da dívida mobiliária externa, observou-se uma queda devido à diminuição da taxa semestral da *Libor* para o período a partir de outubro de 2001, à qual estão indexados alguns bônus da dívida renegociada (*Bradies*). A referida taxa que antes era de 4,62% a.a. reduziu-se para 2,37% a.a.

Custo Médio

Anexos

Tabelas do Resultado Fiscal

- **Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central
- **Tabela A2** – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional
- **Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central
- **Tabela A4** – Operações Oficiais de Crédito

Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

- **Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)
- **Tabela A6** – Dívida Externa do Tesouro Nacional
- **Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal
- **Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

Boletins de Transferências para Estados e Municípios

- Boletim FPE/FPM
- Boletim Fundef

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Nov/2000	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2001
I. RECEITA TOTAL	20.148,6	25.618,8	22.692,7	18.472,1	21.642,8	24.666,2	23.404,5	20.930,4	21.969,9	22.572,0	21.192,4	23.496,3	22.311,7
I.1. Receitas do Tesouro	15.631,3	17.948,6	18.073,2	13.692,4	16.995,4	19.883,8	18.486,0	15.888,0	16.986,1	17.519,8	16.280,9	18.423,9	17.225,5
I.1.1 Receita Bruta	16.069,0	18.479,9	18.440,0	14.040,5	17.277,6	20.079,7	18.607,3	16.866,2	18.065,4	18.658,8	16.699,2	18.994,2	17.721,3
- Impostos	7.365,2	9.169,3	8.718,7	6.378,4	7.607,4	8.454,6	7.956,2	7.810,6	8.436,4	8.192,8	7.673,3	8.903,3	7.686,5
- Contribuições	7.620,0	7.732,4	8.069,5	6.514,6	7.116,4	7.660,5	7.614,2	7.577,3	7.881,4	7.922,3	7.510,6	8.301,4	8.105,9
- Demais	1.083,8	1.578,1	1.651,9	1.147,6	2.553,8	3.964,6	3.036,9	1.478,3	1.747,6	2.543,7	1.515,3	1.789,5	1.928,9
I.1.2. (-) Restituições	-367,9	-459,6	-314,1	-291,7	-253,0	-132,4	-104,1	-978,2	-1.079,3	-1.139,0	-418,3	-570,3	-495,8
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-69,7	-71,7	-52,8	-56,4	-29,2	-63,5	-17,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	4.517,3	7.670,2	4.619,6	4.779,7	4.647,4	4.782,3	4.918,4	5.042,4	4.983,8	5.052,2	4.911,5	5.072,3	5.086,2
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	3.724,6	3.619,0	4.357,6	3.820,3	3.319,4	3.632,5	4.305,2	3.606,1	3.538,5	3.668,3	3.858,7	3.561,5	4.136,9
II.1. Transferências Constitucionais	2.754,4	3.088,3	3.541,4	2.909,5	2.562,5	3.008,6	3.363,1	2.968,4	2.680,9	2.817,3	3.028,6	2.903,5	3.009,6
II.2. Lei Complementar 87/96	292,4	195,0	298,7	298,7	298,7	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5
II.3. Demais	677,8	335,7	517,5	612,1	458,3	325,5	643,6	339,3	559,2	552,5	531,7	359,6	828,9
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	16.424,0	21.999,8	18.335,1	14.651,8	18.323,4	21.033,6	19.099,3	17.324,3	18.431,4	18.903,7	17.333,7	19.934,8	18.174,8
IV. DESPESA TOTAL	15.082,0	23.844,5	15.741,6	14.001,2	14.674,8	14.353,4	15.542,2	15.702,3	17.126,1	16.398,0	15.687,5	17.617,2	17.254,2
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	4.441,2	6.725,7	5.953,1	4.913,3	4.782,2	4.863,6	4.752,8	5.304,5	6.261,6	4.787,3	4.806,0	4.785,8	5.223,1
IV.1.1. INSS	263,6	409,5	310,6	243,0	242,9	236,3	235,2	284,7	351,4	253,9	238,4	238,8	277,5
IV.1.2. Demais	4.177,6	6.316,1	5.642,5	4.670,3	4.539,2	4.627,3	4.517,6	5.019,9	5.910,1	4.533,4	4.567,6	4.562,0	4.945,5
IV.2. Benefícios Previdenciários	5.885,5	9.715,0	5.260,0	5.301,8	5.448,1	5.464,8	5.798,1	5.835,7	6.120,6	6.092,5	6.019,1	6.026,7	6.676,9
IV.3. Custeio e Capital	4.755,4	7.403,9	4.528,5	3.786,1	4.444,6	4.025,1	4.991,4	4.562,0	4.743,9	5.518,2	4.862,4	6.804,7	5.354,2
IV.3.1. Despesa do FAT	344,9	430,9	424,2	322,8	604,9	312,2	637,2	312,4	698,6	942,2	563,1	604,9	621,5
- Abono e Seguro Desemprego	226,3	381,7	380,7	269,8	473,3	178,9	583,7	280,9	650,8	760,8	483,4	540,7	556,6
- Demais Despesas do FAT	118,6	49,2	43,5	53,0	131,6	133,3	53,5	31,5	47,8	181,4	79,7	64,3	64,9
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	219,7	372,2	200,1	335,6	346,5	205,1	327,9	326,1	101,5	532,1	138,1	1.240,6	97,7
- Operações Oficiais de Crédito	123,2	329,1	100,7	235,5	271,0	118,8	278,2	102,4	87,5	534,1	65,1	1.188,5	5,5
- Subvenções aos Fundos Regionais	96,5	43,1	99,5	100,1	75,5	86,3	49,8	223,7	14,0	-2,0	72,9	52,1	92,2
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	4.190,8	6.600,8	3.904,2	3.127,8	3.493,2	3.507,7	4.026,2	3.923,5	3.943,8	4.043,8	4.161,3	4.959,1	4.635,0
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	1.342,0	-1.844,7	2.593,5	650,6	3.648,6	6.680,2	3.557,1	1.622,0	1.305,3	2.505,7	1.646,1	2.317,5	920,6
V.1. Tesouro Nacional	2.710,2	200,1	3.233,9	1.172,6	4.449,2	7.362,6	4.436,7	2.415,3	2.442,0	3.546,0	2.753,8	3.271,9	2.511,3
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-1.368,2	-2.044,8	-640,5	-522,1	-800,6	-682,4	-879,7	-793,3	-1.136,7	-1.040,3	-1.107,7	-954,4	-1.590,7
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-26,1	-106,8	-30,3	-73,5	-43,3	-76,5	-57,0	-28,0	-33,8	-42,0	-76,8	-50,8	-58,9
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	1.315,9	-1.951,5	2.563,2	577,0	3.605,3	6.603,8	3.500,0	1.594,0	1.271,5	2.463,7	1.569,3	2.266,8	861,8
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	718,8	-621,4	66,4	479,4	276,2	-102,9	511,6	-186,5	-10,1	7,3	383,1	-375,9	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)	2.034,7	-2.572,9	2.629,6	1.056,4	3.881,5	6.500,8	4.011,7	1.407,6	1.261,4	2.471,0	1.952,4	1.890,9	nd
X. JUROS NOMINAIS (3)	-6.330,2	-3.102,5	-6.769,1	-6.446,2	-8.201,4	-6.867,5	-10.895,3	-1.432,9	-12.233,9	-11.645,1	-9.396,1	-7.628,0	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)	-4.295,5	-5.675,4	-4.139,5	-5.389,8	-4.320,0	-366,6	-6.883,7	-25,3	-10.972,5	-9.174,1	-7.443,7	-5.737,2	nd

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Nov/2000	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2001
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	21.909,6	28.247,7	19.255,9	21.656,8	19.627,8	22.348,2	23.341,8	21.405,3	21.564,5	23.878,2	21.714,8	22.714,8	24.011,9
I.1 - Recolhimento Bruto	16.226,4	19.294,7	13.077,6	15.789,3	13.617,3	15.887,0	17.122,6	14.968,6	15.146,8	17.008,5	15.370,8	15.688,9	17.579,5
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	-69,7	-71,7	-52,8	-56,4	-29,2	-64,0	-16,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	652,9	723,3	597,2	658,3	752,3	1.279,6	705,2	805,2	704,8	718,6	746,8	1.315,6	649,3
I.4 - Receita das Operações de Crédito	166,8	238,6	557,2	116,5	268,8	106,2	225,1	162,9	312,2	666,5	180,0	268,2	292,1
I.5 - Receita do Salário Educação	113,9	113,9	169,2	109,6	119,5	124,7	109,9	114,5	124,4	125,4	115,5	117,5	119,5
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	4.813,7	7.940,9	4.902,5	5.034,7	4.895,2	5.010,0	5.189,1	5.349,2	5.270,6	5.353,1	5.296,0	5.318,9	5.365,7
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	5,7	8,2	4,9	4,7	4,0	4,8	6,6	5,0	5,7	6,2	5,7	5,7	5,8
II. DESPESAS	22.906,3	30.517,9	23.315,5	19.959,4	17.800,3	23.462,5	23.968,5	25.054,8	26.428,5	21.764,7	21.201,7	24.650,9	22.663,5
II.1 - Liberações Vinculadas	4.350,2	4.103,9	5.368,2	4.563,1	3.879,5	4.403,7	4.951,3	4.445,2	4.137,4	4.483,9	4.459,4	4.367,6	4.023,2
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	2.930,6	3.236,3	3.823,1	3.097,6	2.727,5	3.202,6	3.581,3	3.157,7	2.853,1	2.998,6	3.224,7	3.090,9	3.204,3
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	390,9	189,6	201,2	398,7	154,4	165,9	330,6	166,2	189,8	406,8	194,0	252,5	459,7
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	292,2	194,8	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5
II.1.4 - Outras Vinculações	736,5	483,2	1.045,4	768,3	699,2	736,7	740,9	822,9	796,0	780,1	742,3	725,7	60,7
II.2 - Liberações Ordinárias	18.556,2	26.413,9	17.947,3	15.396,4	13.920,8	19.058,9	19.017,2	20.609,5	22.291,1	17.280,7	16.742,3	20.283,4	18.640,3
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.495,1	7.763,5	5.702,8	4.759,6	4.895,4	4.871,9	5.180,6	6.518,2	4.720,2	4.781,7	4.677,4	4.145,2	5.267,5
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	936,6	925,7	641,1	1.043,7	438,4	3.645,4	367,0	814,8	3.910,9	933,2	777,8	4.121,9	921,5
i) Dívida Contratual Interna	164,2	233,1	210,1	60,7	27,6	128,5	120,6	186,6	2.764,5	15,8	97,5	543,5	1,5
ii) Dívida Contratual Externa	772,5	692,6	431,0	983,0	410,8	3.516,9	246,3	628,1	1.146,4	917,3	680,3	3.578,4	920,0
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	3.032,6	883,5	2.974,8	1.667,7	-229,2	1.286,0	3.305,0	3.796,3	3.861,9	1.071,9	160,9	1.014,0	866,3
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	6.327,1	9.765,9	5.691,8	5.148,9	5.128,9	5.753,3	6.015,8	5.768,1	6.061,7	5.997,4	6.451,4	6.382,3	6.411,7
II.2.5 - Custeio e Investimento	3.561,7	6.538,6	2.587,5	2.429,1	3.310,6	3.305,1	3.755,3	3.509,8	3.518,4	3.864,6	4.438,0	4.308,6	4.910,6
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	203,0	536,6	349,1	347,5	376,6	197,2	393,6	202,4	218,0	631,9	236,8	311,4	262,7
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	-996,7	-2.270,1	-4.059,6	1.697,3	1.827,5	-1.114,3	-626,7	-3.649,4	-4.864,0	2.113,6	513,1	-1.936,1	1.348,4
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	19.875,1	12.911,1	34.003,7	8.861,0	6.158,4	12.014,2	21.441,7	26.751,4	18.988,0	14.969,2	14.663,9	24.725,1	13.560,0
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	12.213,4	9.669,4	28.452,0	7.781,2	5.209,9	10.268,5	20.928,9	23.533,3	18.647,5	12.576,0	14.321,6	24.205,3	13.263,2
IV.2 - Outras Operações de Crédito	7.661,7	3.241,7	5.551,7	1.079,8	948,5	1.745,6	512,8	3.218,1	340,5	2.393,2	342,3	519,8	296,9
V. DESPESAS	28.745,1	6.217,3	22.231,7	7.799,7	929,3	9.712,6	422,1	27.051,4	30.825,8	17.888,2	8.935,2	16.027,7	12.653,1
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	28.037,7	3.268,2	20.587,7	7.156,7	-145,2	8.424,4	41,0	25.335,8	28.295,3	17.103,0	9.219,4	11.053,8	10.892,4
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	707,4	2.949,1	1.644,1	643,0	1.074,5	1.288,1	381,2	1.715,6	2.530,5	785,2	-284,2	4.973,9	1.760,7
V.2.1 - Dívida Interna	417,3	341,1	1.562,8	220,7	37,4	207,4	167,1	328,9	2.364,2	423,8	-621,2	1.433,5	6,6
V.2.2 - Dívida Externa	290,1	2.608,0	81,3	422,3	1.037,1	1.080,8	214,0	1.386,6	166,3	361,4	337,1	3.540,5	1.754,1
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	-15.824,3	6.401,2	7.864,3	624,5	5.355,1	1.844,1	20.888,0	-1.802,6	-9.647,8	-4.527,0	5.102,2	13.151,4	2.370,8
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	2.417,2	6.516,4	-13.540,2	1.840,3	3.539,0	695,4	6.154,1	2.809,4	1.833,3	1.283,3	6.501,9	-1.349,8	-271,1
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	-7.449,5	10.940,1	-5.827,8	4.598,9	10.595,6	1.882,7	26.546,9	-1.140,0	-14.868,4	478,0	12.743,7	5.411,4	1.984,2

(*) Dados retificados

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL

R\$ milhões

	Nov/2000	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2001
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	6.851,1	10.198,7	3.384,4	6.362,0	3.943,3	2.617,7	10.674,0	5.253,0	6.439,0	7.293,5	8.646,1	7.053,3	5.850,4
I.1. Emissão de Títulos	5.807,5	9.099,6	2.407,2	5.152,9	2.823,1	0,0	9.137,6	2.784,2	4.599,4	5.202,8	5.423,2	6.151,0	5.851,9
I.2. Remuneração das Disponibilidades	990,1	1.076,4	952,2	1.161,8	1.052,5	1.362,0	1.448,4	2.334,0	1.716,5	1.955,8	2.999,4	835,2	-4,4
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	53,5	22,7	24,9	47,3	67,7	118,1	87,9	134,9	123,1	134,9	223,4	67,0	2,9
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.137,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	4.433,9	3.682,3	16.924,6	4.521,7	404,4	1.922,3	4.519,9	2.443,6	4.605,6	6.010,2	2.144,1	8.403,1	6.121,6
II.1. Resgate de Títulos	4.053,4	3.346,6	16.137,6	4.265,8	175,4	1.658,1	4.019,6	2.162,6	4.136,1	5.204,8	1.886,1	7.585,1	5.504,8
II.2. Encargos da DPMF	380,5	335,7	787,0	255,8	229,0	264,2	500,3	281,0	469,6	805,4	258,0	818,0	616,7
III. RESULTADO (I - II)	2.417,2	6.516,4	-13.540,2	1.840,3	3.539,0	695,4	6.154,1	2.809,4	1.833,3	1.283,3	6.501,9	-1.349,8	-271,1

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ milhões

	Nov/2000	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2001
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	11,7	14,4	15,1	16,0	14,3	17,2	14,3	12,9	10,3	15,4	4,0	13,1	18,0
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,0	0,0	0,0	21,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	23,3	0,0	0,0	0,0
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	37,1	15,5	-6,2	33,8	125,8	22,3	95,2	52,5	40,1	17,9	-14,2	16,5	-51,1
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,3	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,0	0,3	0,5	0,3	0,0	0,2	0,2
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	13,6	-6,2	-24,4	33,6	115,2	16,6	88,9	46,2	32,6	10,6	-29,3	1,3	-51,3
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	23,3	21,5	18,0	0,0	10,5	5,4	6,3	6,0	7,0	7,0	15,0	15,0	0,0
IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF	18,5	19,4	36,2	51,3	19,7	21,5	21,7	25,1	33,1	69,4	25,0	19,1	19,0
V. EQUALIZAÇÃO PROEX	55,9	268,5	55,5	113,5	111,2	57,8	124,7	5,3	2,4	408,2	50,4	46,3	19,5
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)	0,0	11,3	0,0	0,0	0,0	0,0	22,4	6,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VII. TOTAL	123,2	329,1	100,7	235,5	271,0	118,8	278,2	102,4	87,5	534,1	65,1	95,1	5,5

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOIRO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO (*)

R\$ milhões

	Nov/2000	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2001
I. DÍVIDA INTERNA	100.652,4	107.109,7	98.744,1	97.272,6	101.056,7	104.563,7	94.366,1	99.804,6	89.866,3	87.823,6	92.828,4	102.760,8	108.606,6
Dívida Mobiliária em Mercado- DPMF	397.808,4	398.862,8	399.958,7	399.951,7	408.568,7	412.342,9	406.385,9	425.119,6	442.029,1	442.655,9	453.605,8	471.080,5	476.275,8
Dívida Bancária	40.317,3	40.343,3	40.270,5	40.301,7	40.239,1	40.269,1	40.276,5	40.299,3	27.260,1	25.990,0	25.989,3	26.419,0	26.459,0
Dívida Securitizada (Exceto CVS)	18.755,8	18.739,6	17.574,2	17.137,5	17.031,8	16.551,2	16.697,6	15.378,5	13.113,4	13.305,9	13.017,4	11.170,0	11.287,2
CVS	6.733,3	6.733,7	6.807,9	6.810,6	6.841,9	9.420,8	9.400,6	10.938,2	4.927,3	6.054,4	6.041,3	6.053,7	6.107,6
Títulos da Dívida Agrária -TDA	2.610,2	2.550,9	2.531,1	2.515,5	2.505,8	2.488,5	2.468,8	2.492,8	2.478,6	2.448,6	2.422,4	2.347,5	2.291,2
Certificados de Privatização	39,0	39,0	39,1	39,1	39,2	39,2	39,3	39,3	39,4	39,6	39,0	39,1	39,2
INSS	-10.231,9	-10.244,6	-10.322,5	-10.373,1	-10.408,4	-10.491,3	-10.609,8	-10.546,7	-10.700,7	-10.874,1	-10.970,9	-11.012,6	-11.172,2
Lei 7.976/89	-10.324,1	-10.058,1	-10.024,3	-10.286,5	-10.676,3	-10.886,3	-11.434,7	-10.913,6	-11.207,2	-11.585,2	-12.082,0	-12.308,8	-11.487,3
Bônus Renegociação	-18.726,5	-18.667,6	-18.946,2	-19.733,8	-20.801,1	-20.033,5	-20.223,3	-20.263,9	-20.355,9	-21.260,6	-22.190,0	-22.333,3	-20.836,9
Lei 8.727/93	-44.441,0	-44.482,5	-44.424,9	-44.472,2	-44.415,0	-44.461,6	-44.493,1	-44.534,9	-44.433,6	-44.576,5	-44.638,8	-45.083,0	-46.321,3
Lei 9.496/97	-136.013,8	-136.730,7	-137.915,3	-138.469,8	-139.139,9	-140.470,6	-142.313,4	-143.271,5	-145.557,4	-148.094,7	-149.746,2	-150.754,9	-153.189,0
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-17.999,7	-18.099,6	-18.275,5	-18.374,5	-18.435,3	-18.579,5	-18.795,5	-18.880,8	-19.150,2	-19.514,1	-19.700,0	-19.795,4	-20.105,4
Recebíveis das Estatais	-22.885,6	-18.872,3	-18.778,9	-19.093,1	-19.866,1	-20.038,4	-20.648,2	-32.581,9	-31.339,9	-29.734,2	-30.143,0	-30.625,4	-30.746,4
Outros	-16.861,9	-16.595,6	-16.776,0	-16.943,4	-17.315,1	-17.357,8	-17.409,5	-17.462,1	-17.600,5	-17.569,8	-18.049,9	-18.179,6	-18.180,1
Fat	-53.248,2	-53.602,7	-55.475,2	-56.270,6	-57.038,6	-57.337,7	-57.844,2	-58.927,4	-61.573,6	-61.622,4	-62.252,1	-63.525,2	-63.208,6
Demais Entidades	-22.241,1	-22.508,8	-22.873,6	-23.148,2	-22.657,4	-22.595,8	-23.222,3	-23.330,3	-22.199,7	-22.958,3	-23.138,8	-23.329,7	-23.464,2
Créditos das Operações Oficiais	-9.869,7	-10.005,1	-10.134,1	-10.399,2	-10.876,5	-11.102,4	-11.814,8	-11.522,1	-11.750,7	-12.197,0	-12.682,0	-12.676,0	-12.126,6
Arrecadação a Recolher	-2.768,0	-292,0	-4.491,0	-1.919,0	-2.540,0	-3.193,0	-2.094,0	-2.227,8	-4.112,4	-2.684,1	-2.693,0	-4.725,0	-3.015,4
II. DÍVIDA EXTERNA	135.948,3	137.180,9	142.277,3	147.147,9	153.417,7	158.528,9	173.749,6	164.844,9	173.807,4	188.413,4	197.036,3	197.552,8	180.828,4
Dívida Mobiliária	103.813,1	105.519,3	109.393,3	113.217,2	118.261,8	121.236,8	133.682,3	124.119,7	130.704,7	142.495,9	148.999,9	149.586,4	135.980,2
Títulos Depositados em Garantias	-4.589,5	-4.674,9	-4.686,8	-4.953,6	-5.140,5	-3.416,7	-3.795,4	-3.716,3	-4.101,3	-4.305,2	-4.456,8	-4.858,2	-4.209,9
Dívida Contratual	37.711,1	37.274,7	38.482,2	39.811,3	41.284,3	41.695,1	44.865,0	45.428,7	48.268,8	51.287,7	53.655,2	53.964,9	50.177,7
Disponibilidades	-986,3	-938,2	-911,4	-926,9	-988,0	-986,2	-1.002,3	-987,2	-1.064,8	-1.065,0	-1.162,0	-1.140,3	-1.119,7
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	236.600,8	244.290,6	241.021,4	244.420,6	254.474,3	263.092,5	268.115,7	264.649,5	263.673,7	276.236,9	289.864,7	300.313,7	289.435,0
DIVIDA LÍQUIDA/PIB	21,9%	22,5%	22,0%	22,1%	22,8%	23,3%	23,6%	23,2%	22,9%	23,9%	25,0%	25,7%	24,6%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOURE NACIONAL

R\$ milhões

	Nov/2000	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2001
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	103.813,1	105.519,3	109.393,3	113.217,2	118.261,8	121.236,8	133.682,3	124.119,7	130.704,7	142.495,9	148.999,9	149.586,4	135.980,2
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	51.888,0	51.776,8	50.562,2	52.374,7	50.674,6	50.355,9	54.396,4	46.781,6	48.602,1	51.008,9	53.314,3	53.067,8	49.570,6
Brazil Investment Bond (BIB)	788,9	787,2	793,6	823,4	836,8	845,7	913,6	892,3	941,2	987,8	992,7	1.006,0	939,7
Interest Due and Unpaid (IDU)	1.619,2	1.615,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Par Bond (PB)	5.832,7	5.820,2	5.866,9	5.999,2	4.866,6	4.918,7	5.313,3	4.943,0	5.214,1	5.472,3	5.685,2	5.761,4	5.381,8
Discount Bond (DB)	6.714,4	6.700,0	6.753,8	7.007,7	4.899,6	4.952,0	5.349,4	5.147,3	5.429,6	5.698,5	5.965,6	6.045,5	5.647,1
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.250,3	1.247,6	1.257,6	1.304,9	1.379,2	1.393,9	1.505,7	1.427,8	1.506,1	1.580,7	1.654,8	1.676,9	1.566,4
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	13.457,7	13.428,9	13.536,7	14.045,6	14.280,3	14.432,9	15.591,0	15.227,0	16.062,1	16.857,5	17.647,6	17.884,1	16.705,5
Debt Conversion Bond (DCB)	12.496,3	12.469,5	12.568,0	13.040,5	13.680,7	13.826,9	14.936,4	9.309,7	9.285,4	9.745,2	10.201,4	10.338,1	9.656,8
New Money Bond (NMB)	3.516,0	3.508,5	3.536,7	3.669,6	3.878,5	3.689,3	3.985,4	3.876,0	4.088,5	4.291,0	4.492,1	4.267,8	3.986,6
Eligible Interest (EI)	6.212,4	6.199,1	6.248,9	6.483,8	6.852,8	6.296,4	6.801,6	5.958,4	6.075,1	6.376,0	6.674,8	6.087,8	5.686,7
I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO	51.925,1	53.742,5	58.831,1	60.842,5	67.587,2	70.880,9	79.285,8	77.338,1	82.102,6	91.487,0	95.685,6	96.518,6	86.409,5
Bônus Samurai	531,3	511,5	507,0	522,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Eurosterling	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Global	1.469,7	1.466,6	1.478,3	1.533,9	1.621,2	1.638,5	1.770,0	1.728,7	1.823,5	1.913,8	2.003,5	2.030,3	-
Bônus Marco Alemão 2007	873,9	939,7	940,7	965,1	976,3	990,6	1.021,0	1.001,8	1.088,2	1.189,1	1.242,8	1.245,8	1.137,7
Bônus Paralel Franco	260,6	280,2	280,5	287,8	291,1	295,4	304,4	298,7	324,5	354,6	370,6	371,4	339,2
Bônus Paralel Florim	310,3	333,6	334,0	342,6	346,6	351,7	362,5	355,6	386,3	422,1	441,2	442,3	403,9
Bônus Paralel Xelim	248,4	267,1	267,4	274,4	277,5	281,6	290,3	284,8	309,3	338,0	353,3	354,1	323,4
Bônus Global 2027	6.858,6	6.843,9	6.898,9	7.158,2	7.565,6	7.646,5	8.260,0	8.067,2	8.509,6	8.931,0	9.349,6	9.474,9	8.850,5
Bônus Euro lira	662,0	712,6	739,6	731,1	739,6	773,5	773,5	824,2	758,9	900,8	941,4	943,7	861,8
Bônus Eurosterling 2007	419,6	438,7	433,1	443,6	463,5	469,8	502,7	490,0	520,7	557,6	591,3	591,9	537,1
Bônus Euro 2003	856,5	920,9	921,9	945,8	956,8	970,8	1.000,7	981,8	1.066,4	1.170,4	1.217,9	1.220,8	1.115,0
Bônus Global 2008	655,5	704,8	705,5	723,8	732,2	743,0	765,8	751,3	816,1	891,8	932,1	934,3	853,3
Bônus Marco Alemão 2008	2.449,5	2.444,3	2.463,9	2.556,5	2.702,0	2.730,9	2.950,0	2.881,1	3.039,1	3.189,6	3.339,1	3.383,9	3.160,9
Bônus Global 2004	5.878,8	5.866,2	5.913,3	6.135,6	6.484,8	6.554,1	7.080,0	6.914,7	7.293,9	7.655,1	8.013,9	8.121,3	7.586,1
Bônus Euro 2002	1.370,4	1.473,4	1.475,0	1.513,2	1.530,8	1.553,3	1.601,1	1.570,9	1.706,3	1.864,5	1.948,7	1.953,3	1.783,9
Bônus Euro 2004	856,5	920,9	921,9	945,8	956,8	970,8	1.000,7	981,8	1.066,4	1.165,3	1.217,9	1.220,8	1.115,0
Bônus Global 2009	3.919,2	3.910,8	3.942,2	4.090,4	4.323,2	4.369,4	4.720,0	4.609,8	4.862,6	5.103,4	5.342,6	5.414,2	5.057,4
Bônus Euro 2006	1.199,1	1.289,2	1.290,6	1.324,1	1.339,5	1.359,1	1.400,9	1.374,5	1.493,0	1.631,4	1.705,1	1.709,2	1.560,9
Bônus Euro 2001	1.027,8	1.105,0	1.106,2	1.134,9	1.148,1	1.165,0	1.200,8	1.178,2	1.279,7	1.398,4	1.461,5	1.465,0	-
Bônus Global 2020	1.959,6	1.955,4	1.971,1	2.045,2	2.161,6	2.184,7	2.360,0	2.304,9	2.431,3	2.551,7	2.671,3	2.707,1	2.528,7
Bônus Euro 2010	1.284,7	1.381,3	1.382,8	1.418,6	1.435,2	1.456,2	1.501,0	1.472,7	1.599,6	1.748,0	1.826,9	1.831,3	1.672,4
Bônus Global 2030	3.135,4	3.128,6	3.153,8	3.272,3	3.458,6	3.495,5	3.776,0	3.687,8	3.890,1	4.082,7	4.274,1	4.331,4	4.045,9
Bônus Samurai 2003	1.062,6	1.023,0	1.014,0	1.044,0	1.046,5	1.059,3	1.186,6	1.106,9	1.164,6	5.574,7	5.803,3	5.743,7	5.326,0
Bônus Euro 2005	1.284,7	1.381,3	1.382,8	1.418,6	1.435,2	1.456,2	2.501,7	2.454,5	2.666,0	2.913,3	3.044,8	3.052,1	2.787,4
Bônus Global 2007	1.959,6	1.955,4	1.971,1	2.045,2	2.161,6	2.184,7	3.540,0	3.457,4	3.833,9	4.007,0	4.067,0	4.067,0	3.793,1
Bônus Global 2040	10.106,3	10.084,6	10.165,6	10.547,7	11.148,0	11.267,2	12.171,3	11.887,1	12.539,0	13.159,9	13.776,7	13.961,4	13.041,3
Bônus Euro 2007	1.284,7	1.381,3	1.382,8	1.418,6	1.435,2	1.456,2	1.501,0	1.472,7	1.599,6	1.748,0	1.826,9	1.831,3	1.672,4
Bônus Samurai 2006	-	1.023,0	1.014,0	1.044,0	1.046,5	1.059,3	1.186,6	1.106,9	1.164,6	1.286,5	1.339,2	1.325,5	1.229,1
Bônus Global 2006	-	-	3.067,8	3.242,4	3.242,4	3.277,1	3.540,0	3.457,4	3.827,6	4.007,0	4.067,0	4.067,0	3.793,1
Bônus Euro 2011	-	-	1.843,7	1.891,5	1.913,5	1.941,6	2.001,3	1.963,6	2.132,8	2.330,6	2.435,8	2.441,7	2.229,9
Bônus Global 2024	-	-	-	-	4.647,4	4.697,1	5.074,0	4.955,5	5.227,3	5.486,2	5.743,3	5.820,3	5.436,7
Bônus Samurai 2007	-	-	-	-	-	-	1.412,4	1.582,0	1.475,9	1.552,8	1.715,3	1.767,3	1.638,8
Bônus Global 2005	-	-	-	-	-	-	2.360,0	2.304,9	2.431,3	2.551,7	2.671,3	2.707,1	2.528,7
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-4.589,5	-4.674,9	-4.686,8	-4.953,6	-5.140,5	-3.416,7	-3.795,4	-3.716,3	-4.101,3	-4.305,2	-4.456,8	-4.858,2	-4.209,9
III. DÍVIDA CONTRATUAL	37.711,1	37.274,7	38.482,2	39.811,3	41.284,3	41.695,1	44.865,0	45.428,7	48.268,8	51.287,7	53.655,2	53.964,9	50.177,7
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-986,3	-938,2	-911,4	-926,9	-988,0	-986,2	-1.002,3	-987,2	-1.064,8	-1.065,0	-1.162,0	-1.140,3	-1.119,7
V. TOTAL (I+II+III+IV)	135.948,3	137.180,9	142.277,3	147.147,9	153.417,7	158.528,9	173.749,6	164.844,9	173.807,4	188.413,4	197.036,3	197.552,8	180.828,4
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	12,6%	12,6%	13,0%	13,3%	13,7%	14,1%	15,3%	14,4%	15,1%	16,3%	17,0%	16,9%	15,3%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Nov/2000	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2001
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	521.192,5	528.502,9	537.388,0	539.415,9	552.088,0	555.623,2	557.671,0	587.200,6	607.748,8	611.650,5	628.931,3	657.074,6	661.718,5
I. Dívida em Poder do Público	397.808,4	398.862,8	399.958,7	399.951,7	408.568,7	412.342,9	406.385,9	425.119,6	442.029,1	442.655,9	453.605,8	471.080,5	476.275,8
LTN	74.508,5	75.438,0	74.086,8	71.940,0	75.490,9	68.038,1	63.185,5	62.933,6	60.659,9	58.072,5	57.183,2	52.859,2	51.191,1
LFT	202.450,3	204.850,2	206.989,3	209.985,4	213.532,9	223.188,7	219.456,4	237.317,6	252.996,8	254.034,3	255.029,6	260.464,3	266.019,8
LFT-A	19.360,0	19.478,4	19.610,3	19.693,3	19.809,6	19.939,7	20.086,0	20.219,2	20.398,0	20.598,6	20.742,9	20.931,8	20.935,2
LFT-B	36.470,4	36.530,1	32.697,9	30.806,0	30.723,2	30.388,1	29.828,1	29.864,2	30.002,0	30.145,1	29.952,1	30.019,8	29.989,8
LFT-E	1.030,5	914,1	925,7	935,1	946,9	958,1	681,2	434,1	440,6	447,6	453,6	460,5	-
NTN-A	8.884,1	8.874,0	8.937,1	9.287,4	9.776,4	9.987,0	10.808,0	10.577,5	11.157,8	11.909,2	12.475,5	12.374,5	11.447,7
NTN-C	6.805,3	7.022,5	12.141,4	14.983,4	15.950,5	17.478,4	19.408,2	20.409,6	21.252,2	22.454,4	23.400,6	24.872,1	25.961,4
NTN-D	18.058,1	15.000,5	13.389,9	11.167,5	10.879,1	11.173,0	11.097,5	11.672,9	12.638,7	11.923,6	20.941,2	35.460,5	37.820,0
NTN-H	2.383,3	2.386,4	2.388,3	2.390,5	2.407,9	2.086,1	2.089,6	2.093,1	2.097,4	1.830,4	1.580,1	1.704,4	1.286,1
NTN-I	1.528,3	1.782,7	1.773,8	1.798,5	1.860,4	1.860,9	2.026,2	1.942,7	2.014,5	2.433,4	2.693,5	2.728,7	2.728,7
NTN-P	11.042,5	11.109,3	11.178,8	11.234,8	11.308,7	11.379,8	11.442,9	11.561,3	11.645,4	11.744,5	11.844,2	11.936,5	11.942,4
CFT-A	11.306,7	11.418,6	11.699,3	11.528,2	11.504,2	11.524,3	11.589,3	11.602,4	11.736,2	11.942,3	11.955,0	11.891,0	11.928,3
CFT-D	1.963,5	1.948,0	1.985,3	2.036,9	2.145,7	2.147,3	2.407,3	2.197,2	2.689,2	2.705,1	2.887,3	2.974,2	2.705,0
Demais	2.016,9	2.110,0	2.154,7	2.164,6	2.232,3	2.193,3	2.279,7	2.294,2	2.300,3	2.415,0	2.467,1	2.402,9	2.320,3
II. Dívida com BACEN	123.384,0	129.640,1	137.429,3	139.464,3	143.519,3	143.280,3	151.285,1	162.081,1	165.719,8	168.994,6	175.325,5	185.994,1	185.442,7
LTN	34.414,4	37.245,7	28.589,8	29.623,2	31.764,0	31.165,2	32.689,6	34.422,5	31.256,3	30.707,7	30.125,5	28.028,8	25.699,9
LFT	28.081,3	31.186,1	34.546,3	34.416,7	35.478,9	35.407,7	39.941,1	39.945,0	44.670,6	46.039,7	46.123,6	46.297,9	46.401,8
LFT-A	58.497,6	58.804,7	59.151,7	59.592,4	59.688,5	59.983,3	60.367,6	60.711,1	61.190,6	61.732,5	62.104,5	62.608,8	63.023,2
NTN-A	1.784,9	1.797,1	1.794,9	1.890,0	1.824,4	1.826,0	1.837,8	1.849,3	1.861,1	2.222,9	1.628,1	2.133,1	1.702,1
NTN-D	-	-	12.739,3	13.335,3	14.156,3	14.290,7	15.840,5	24.544,2	26.130,3	27.678,7	34.730,1	46.310,0	47.999,4
Demais	605,9	606,5	607,3	606,6	607,3	607,5	608,5	609,0	610,8	613,1	613,7	615,4	616,2
Dívida em Poder do Público/PIB	36,8%	36,7%	36,5%	36,2%	36,6%	36,6%	35,7%	37,2%	38,4%	38,3%	39,1%	40,3%	40,4%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Nov/2000	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2001
I. INTERNA	-75.489,3	-76.111,5	-78.348,8	-79.418,8	-79.696,0	-79.933,5	-81.066,5	-82.257,8	-83.773,3	-84.580,7	-85.390,9	-86.854,9	-86.672,8
Dívida contratual	638,4	714,0	832,0	861,9	878,1	881,0	913,5	886,0	907,8	630,4	652,6	655,1	620,4
FAT	-53.248,2	-53.602,7	-55.475,2	-56.270,6	-57.038,6	-57.337,7	-57.844,2	-58.927,4	-61.573,6	-61.622,4	-62.252,1	-63.525,2	-63.208,6
Aplicações financeiras	-2.383,0	-2.388,7	-2.486,8	-2.601,4	-2.694,8	-2.450,5	-2.565,8	-2.302,1	-2.143,8	-2.213,9	-2.206,2	-2.172,0	-2.066,5
Fundos Regionais	-13.222,0	-13.429,8	-13.711,4	-13.900,9	-14.093,3	-14.305,3	-14.579,6	-14.653,0	-14.922,4	-15.219,0	-15.457,7	-15.716,2	-15.944,1
Demais	-7.274,4	-7.404,2	-7.507,4	-7.507,8	-6.747,4	-6.721,1	-6.990,4	-7.261,2	-6.041,2	-6.155,7	-6.127,5	-6.096,5	-6.074,0
II. EXTERNA	-986,3	-938,2	-911,4	-926,9	-988,0	-986,2	-1.002,3	-987,2	-1.064,8	-1.065,0	-1.162,0	-1.140,3	-1.119,7
Disponibilidades	-986,3	-938,2	-911,4	-926,9	-988,0	-986,2	-1.002,3	-987,2	-1.064,8	-1.065,0	-1.162,0	-1.140,3	-1.119,7
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-76.475,6	-77.049,8	-79.260,2	-80.345,7	-80.684,0	-80.919,8	-82.068,8	-83.244,9	-84.838,1	-85.645,7	-86.553,0	-87.995,2	-87.792,5
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-7,1%	-7,1%	-7,2%	-7,3%	-7,2%	-7,2%	-7,2%	-7,3%	-7,4%	-7,4%	-7,5%	-7,5%	-7,4%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

COMENTÁRIOS

Os repasses aos Fundos de Participação, em novembro, foram 3,9% maiores que os valores distribuídos no mês de outubro/2001.

Contribuiu para isso a menor arrecadação do IPI e do IR ocorrida no período de 01 a 20 de novembro (base de cálculo da 2ª e 3ª cotas), em cerca de 5,0%, quando comparada ao montante estimado para esse mesmo período.

Com referência ao mesmo mês de 2000, o FPM e o FPE apresentaram um acréscimo nominal de 10,6%. Comparando-se janeiro a novembro de 2001 com o mesmo período de 2000, verificou-se variação nominal positiva de 17,0% para o FPM e 17,6% para FPE. A expectativa é de que no ano de 2001, o FPM e o FPE tenham, em relação ao ano de 2000, um crescimento de 13,0%, em termos nominais.

As transferências por conta do IPI apresentaram, em novembro, decréscimo de 1,3% em comparação aos valores transferidos no mês de novembro/2001. A principal causa dessa variação negativa ficou por conta do IPI-Vinculado à importação e do IPI-FUMO que apresentaram arrecadação inferior à registrada no mês anterior.

DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	NOV	OUT	JAN A NOV	NOV/01 OUT/01	NOV/01 NOV/00	JAN A NOV01 JAN A NOV/00
2000	1.321,3	1.217,4	13.563,9	-	-	-
2001	1.460,8	1.405,5	15.879,3	+3,9%	+10,6%	+ 17,0%

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	NOV	OUT	JAN A NOV	NOV/01 OUT/01	NOV/01 NOV/00	JAN A NOV01 JAN A NOV/00
2000	1.262,6	1.163,3	12.907,4	-	-	-
2001	1.395,8	1.343,0	15.173,5	+3,9 %	+10,6%	+ 17,6%

(*) Não excluídos 15% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério-FUNDEF

PREVISTO X REALIZADO

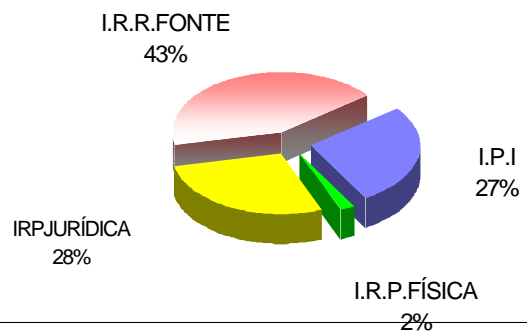
De acordo com a Portaria STN 611/00, de 18.12.00 (DOU de 21.12.00) os créditos no mês de **novembro** foram efetuados nas seguintes datas: **09/11, 20/11 e 30/11**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
NOV	+ 8,0 %	+ 3,9 %	+ 8,0 %	+ 3,9 %	+ 2,0 %	-1,3 %

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **novembro**, os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

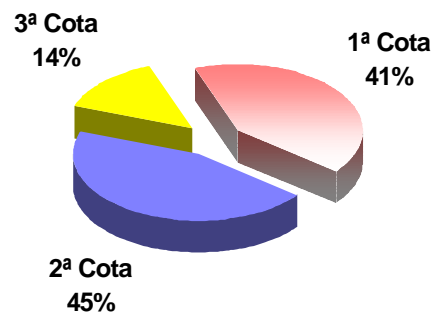
BASE DE CÁLCULO DO FPM/FPE/FNO/FNE/FCO



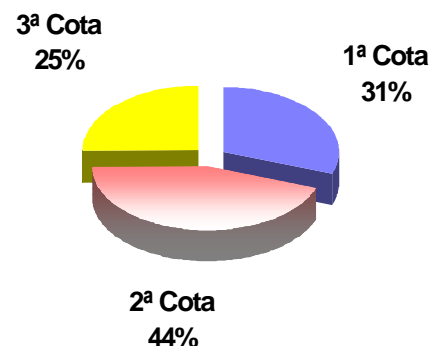
DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



IPI-EXP



DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de outubro a 20 de novembro, conforme demonstrativo abaixo: R\$ Milhões

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
	IPI	IR	IPI+IR			Valores Distribuídos			
						FPE (1)	FPM (1) (2)	IPI-EXP (1)	FUNDEF(3)
3º Dec./Out.	467,0	3.206,3	2.673,3						
NOV/2001				NOV/2001	6.492,4	1.186,5	1.241,7	130,0	451,4
1º Dec./Nov.	675,1	1.203,8	1.879,0	3º Dec./Out.	3.673,3	671,3	702,5	39,7	249,4
2º Dec./Nov.	387,2	552,9	940,1	1º Dec./Nov.	1.879,0	343,4	359,4	57,4	134,1
3º Dec./Nov.	520,2	2.845,0	3.365,2	2º Dec./Nov.	1.331,2	171,8	179,8	32,9	67,9

Obs.: 1) Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). 2) Amparados por decisão judicial alguns municípios brasileiros não participam do FUNDEF. Dos valores do FPE, FPM e IPI-EXP já foram excluídos 15% para o FUNDEF. 3) O montante calculado para o FUNDEF correspondente a 15% das receitas do FPE, FPM e IPI-EXP considera como se todos participassem do referido Fundo.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM (1)	FPE (1)	IPIEXP (1)	FUNDEF UNIÃO (2) (3)
AC	6.790,8	40.589,4	3,7	8.402,6
AL	29.400,2	49.358,7	51,0	14.283,8
AM	16.831,6	33.107,5	3.026,2	9.798,0
AP	4.668,8	40.482,6	31,1	8.155,4
BA	112.379,9	111.483,9	6.930,3	64.196,9
CE	63.366,7	87.050,7	1.435,7	27.526,8
DF	2.958,7	8.189,1	7,4	2.331,1
ES	22.113,4	17.797,2	6.725,3	10.138,5
GO	46.153,6	33.732,8	816,8	14.839,3
MA	50.131,8	85.642,4	1.974,8	47.272,9
MG	161.728,0	52.851,7	19.855,1	47.147,8
MS	18.859,4	15.803,9	499,9	6.758,0
MT	23.997,2	27.382,7	894,5	10.093,8
PA	45.046,4	72.517,6	6.728,6	30.312,9
PB	40.023,8	56.819,3	287,5	17.269,4
PE	64.182,4	81.869,4	830,9	24.962,2
PI	30.724,9	51.272,5	143,4	15.226,2
PR	84.255,3	34.208,5	12.041,4	27.544,1
RJ	37.617,9	18.125,8	6.652,4	13.636,8
RN	30.699,9	49.569,9	353,8	14.389,8
RO	11.182,8	33.406,5	165,7	8.009,6
RR	5.874,6	29.433,0	5,7	6.248,9
RS	84.128,9	27.939,2	21.780,4	28.096,1
SC	48.843,5	15.184,5	12.636,6	15.136,8
SE	17.885,7	49.301,7	93,0	11.985,1
SP	164.757,7	11.864,8	25.998,3	49.102,4
TO	18.859,8	51.493,2	21,7	12.454,3
TOTAL	1.243.463,7	1.186.478,3	129.991,5	545.319,4

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP./LC87/96 e Complementação da União. (3) Amparados por decisão judicial alguns municípios brasileiros não participam do FUNDEF.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões estão sujeitas a possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	DEZ/NOV	JAN/DEZ	FEV/JAN
FPM/FPE/FNO/ FNE/FCO	+ 23,0 %	- 5,0 %	- 2,0 %
IPI-EXP	+ 20,0 %	- 7,0 %	- 3,0 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

ESTIMATIVA ANUAL

A estimativa de variação nominal das Transferências Constitucionais abaixo relacionadas, em relação a 2000, é a seguinte:

Fundo	2001/2000
FPM	+ 13,0 %
FPE	+ 13,0 %
IPI-EXP	+ 14,0 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações. Não inclui dedução para o FUNDEF (15%).

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Jan/2001	23/02/01	Jun/2001	08/08/01
Fev/2001	23/03/01	Jul/2001	29/08/01
Mar/2001	26/04/01	Ago/2001	03/09/01
Abr/2001	31/05/01	Repub.Ago/01	11/09/01
Mai/2001	28/06/01	Set/2001	29/10/01

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**

Tel: (061) 412-3116 / 412-3117

Fax: (061) 412.1559

NOVEMBRO/2001

COMPORTAMENTO NO MÊS

Os repasses para o FUNDEF no mês de novembro apresentaram um decréscimo de 8,1% quando comparados aos do mês anterior. Contribuiu para isso, basicamente, o desempenho, em termos globais, dos recursos originários do ICMS Estadual.

R\$ Mil

Origens	outubro	Partic.	novembro	Partic.	Nov/ Out
FPM	210.129,9	11,9%	217.316,8	13,4%	3,4%
FPE	201.451,9	11,4%	209.378,5	12,9%	3,9%
IPI-EXP	23.251,8	1,3%	22.939,7	1,4%	-1,3%
LC 87/96 LC 102/00	44.902,2	2,5%	44.645,9	2,7%	-0,6%
Compl. União	25.508,4	1,4%	51.038,5	3,1%	-
ICMS	1.262.894,9	71,4%	1.079.824,5	66,4%	-14,5%
Total	1.768.139,1	100%	1.625.143,8	100%	-8,1%

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibilizou vários canais de comunicação. As questões relativas ao Fundo podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 321-9532; 321-7621, 410-8634, 410-8648 e 410-8663
- por meio do Fax (61) 225-8582
- por meio de E-mail: fundef@sef.mec.gov.br
- por correspondência endereçada ao:
Departamento de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/
MEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 500
70.047-900 – Brasília - DF Coordenação-Geral de Programação

Financeira - **COFIN**

Fone: (61) 412.312/3122/3123/3124 Fax: (61) 412.3126

Email: stndirev@fazenda.gov.br

PORTARIA MF Nº 312 DE AJUSTE DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO DO ANO 2000

Portaria MF nº 312, de 09 novembro de 2001, publicado no D.O.U. em 13/11/01 que divulga a planilha de cálculo dos valores dos ajustes da Complementação da União, relativo ao ano de 2000.

R\$ Mil

UF	Nº DE ALUNOS (A)	Nº DE ALUNOS 1ª A 4ª (B)	Nº DE ALUNOS 5ª A 8ª E DEMAIS (C)	VALOR MÍNIMO (D = B x R\$ 333,00 + C x R\$ 349,65)	FPM (15%)	FPE (15%)	IPI-EXP (15%)	L.C. 87 (15%)	ARRECAÇÃO ICMS (BALANÇO) (1)	ICMS (2) (15%)	TOTAL DAS RECEITAS (E)	DIFERENÇA (E-D)	COMPLEMENTAÇÃO DEVIDA (F)	COMPLEMENTAÇÃO REALIZADA (3) (G)	AJUSTE DA COMPLEMENTAÇÃO H=(F-G)
AL	643.567	465.158	178.409	217.278	53.605	89.436	221	4.538	517.637	77.646	225.445	8.167	0	4.161	(4.161)
BA	3.503.749	2.316.186	1.187.563	1.186.521	204.761	202.004	14.660	21.546	3.682.419	552.363	995.334	(191.187)	(191.187)	181.148	10.040
CE	1.660.368	1.067.760	592.608	562.769	114.882	157.732	2.522	8.996	1.838.435	275.765	559.898	(2.871)	(2.871)	20.314	(17.443)
MA	1.547.356	1.107.702	439.654	522.590	91.188	155.180	3.842	9.719	625.402	93.810	353.740	(168.850)	(168.850)	157.464	11.387
PA	1.554.720	1.173.154	381.566	524.075	81.946	131.399	13.606	25.454	1.182.934	177.440	429.845	(94.230)	(94.230)	90.126	4.104
PB	816.403	573.115	243.288	275.913	72.910	102.954	631	1.287	731.430	109.715	287.496	11.583	0	3.820	(3.820)
PE	1.598.529	973.302	625.227	542.720	100.615	148.344	1.891	7.148	2.116.784	317.518	575.515	32.795	0	1.499	(1.499)
PI	720.541	528.117	192.424	243.144	55.948	92.903	314	1.640	426.821	64.023	214.828	(28.316)	(28.316)	29.498	(1.182)
SOMA	12.045.233	8.204.494	3.840.739	4.075.011	775.855	1.079.951	37.688	80.327	11.121.862	1.668.279	3.642.100	(432.911)	(485.455)	488.031	(2.576)
TOTAL A CRÉDITO															25.530
TOTAL A DÉBITO															(28.106)

OBS:

1- Na apuração da arrecadação do icms foram considerados os seguintes itens de receita: Piauí e Bahia: Principal e Receita da Dívida Ativa; Pará e Alagoas: Principal, Receita da Dívida Ativa e Multas/Juros; Maranhão, Pernambuco e Ceará: Principal; Paraíba: Principal, Receita da Dívida Ativa Multas/Juros e Correção Monetária do ICMS.

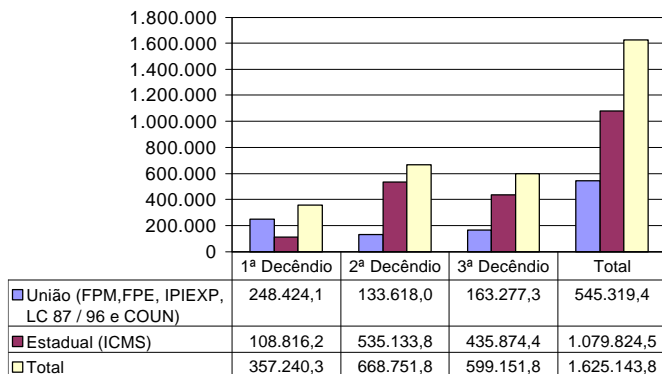
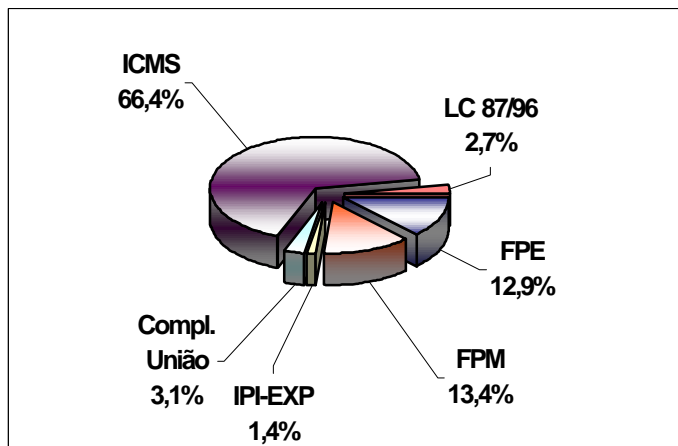
2- A coluna ICMS Devido corresponde a 15% da arrecadação do ICMS constante do Balanço dos Estados.

3- Complementação da União de acordo com a Portaria MF nº 354, de 29.09.2000. Não está incluído o ajuste referente ao exercício de 1999, conforme Portaria nº 353, de 29/09/2000.

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM

FUNDEF BRASIL POR DECÊNDIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.



DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - NOVEMBRO/2001 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	137.730	7.162,8	1.198,4	0,7	0,0	40,8	1.654,6	10.057,2	73,0	776,9
AL	667.007	8.710,4	5.188,3	9,0	0,0	376,2	7.555,0	21.838,8	32,7	356,7
AM	630.642	5.842,5	2.970,3	534,0	0,0	451,2	20.609,4	30.407,4	48,2	529,1
AP	116.231	7.144,0	823,9	5,5	0,0	182,0	650,3	8.805,7	75,8	896,8
BA	3.527.787	19.673,6	19.831,7	1.223,0	21.804,6	1.663,9	57.826,3	122.023,2	34,6	346,3
CE	1.698.971	15.361,9	11.182,4	253,4	0,0	729,2	26.104,4	53.631,2	31,6	351,3
DF(2)	321.563	1.445,1	522,1	1,3	0,0	362,5	0,0	2.331,1	7,2	78,4
ES	542.389	3.140,7	3.902,4	1.186,8	0,0	1.908,6	25.270,2	35.408,7	65,3	659,1
GO	1.044.232	5.952,8	8.144,7	144,1	0,0	597,5	33.772,0	48.611,3	46,6	490,0
MA	1.544.447	15.113,4	8.846,8	348,5	22.212,7	751,6	9.432,5	56.705,5	36,7	336,3
MG	3.433.497	9.326,8	28.540,2	3.503,8	0,0	5.777,0	111.089,2	158.237,0	46,1	505,4
MS	420.557	2.788,9	3.328,1	88,2	0,0	552,7	16.642,4	23.400,4	55,6	579,4
MT	576.334	4.832,2	4.234,8	157,9	0,0	868,9	19.063,0	29.156,8	50,6	517,2
PA	1.546.627	12.797,2	7.949,4	1.187,4	6.425,4	1.953,6	15.712,0	46.024,9	29,8	341,6
PB	814.623	10.026,9	7.063,0	50,7	0,0	128,7	13.584,8	30.854,2	37,9	386,0
PE	1.579.456	14.447,5	9.763,5	146,6	0,0	604,5	26.395,5	51.357,7	32,5	364,0
PI	723.848	9.048,1	5.422,0	25,3	595,7	135,0	6.271,9	21.498,1	29,7	336,3
PR	1.573.083	6.036,8	14.868,6	2.124,9	0,0	4.513,8	62.741,4	90.285,5	57,4	610,2
RJ	2.008.289	3.198,7	6.638,5	1.174,0	0,0	2.625,7	109.429,9	123.066,6	61,3	708,8
RN	594.181	8.747,6	5.417,6	62,4	0,0	162,1	9.944,2	24.334,0	41,0	450,6
RO	301.839	5.895,3	1.973,4	29,2	0,0	111,6	6.632,4	14.642,0	48,5	516,3
RR	78.462	5.194,1	1.036,7	1,0	0,0	17,1	1.370,4	7.619,3	97,1	1.058,0
RS	1.596.324	4.930,4	14.825,9	3.843,6	0,0	4.496,2	70.488,9	98.585,0	61,8	758,1
SC	908.259	2.679,6	8.619,4	2.230,0	0,0	1.607,8	48.945,4	64.082,2	70,6	678,4
SE	395.309	8.700,3	3.156,3	16,4	0,0	112,1	6.595,2	18.580,3	47,0	532,5
SP	5.486.865	2.093,8	28.540,4	4.587,9	0,0	13.880,3	366.471,5	415.573,9	75,7	935,5
TO	323.383	9.087,0	3.328,2	3,8	0,0	35,2	5.571,7	18.026,0	55,7	562,7
Total	32.591.935	209.378,5	217.316,8	22.939,7	51.038,5	44.645,9	1.079.824,5	1.625.143,8	49,9	558,3

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 2.188, de 28.12.2000 (DOU de 29.12.2000). (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios) (4) A parcela da complementação da União destinada ao estado da Paraíba, conforme Portaria MF nº 27/01 de 30.01.01 não foi creditada por falta de dotação orçamentária específica para a finalidade.

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.